



FÓRUM  
CIDADANIA & TERRITÓRIO

# VALORIZAR O INTERIOR

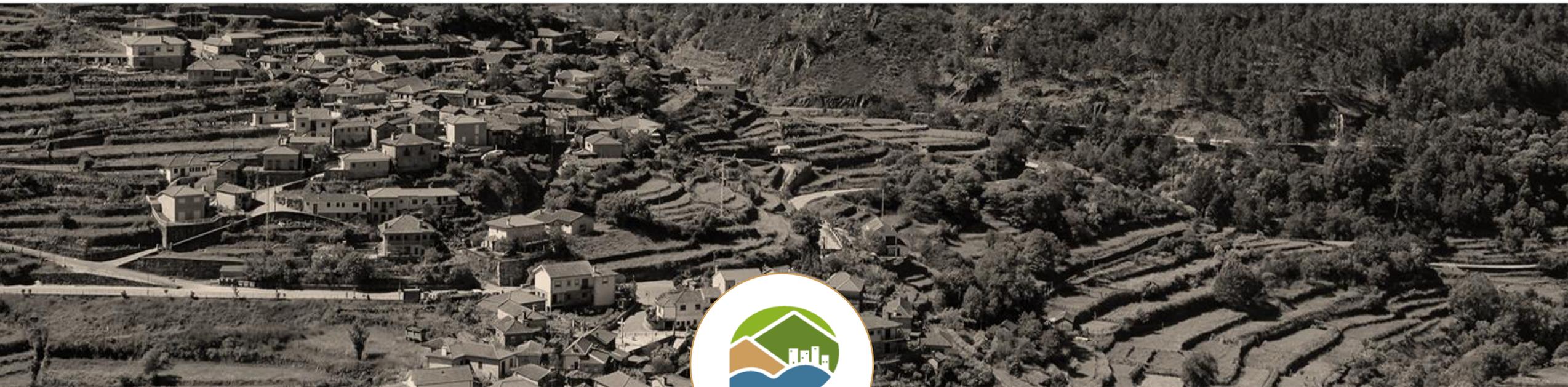
---

UM CONTRIBUTO DA SOCIEDADE CIVIL PARA  
O PROGRAMA NACIONAL PARA A COESÃO  
TERRITORIAL

JUNHO, 2016

# ÍNDICE

Sumário Executivo	4
I – Enquadramento	6
II – Questões concetuais prévias: Conceitos de Interior e de Coesão Territorial	9
III – As 10 Proposta TOP+	13
IV- Recolha de propostas e contributos	17
Objetivos	17
Metodologia	18
Etapas	19
Divulgação	23
Participantes	22
V – Propostas	26
VI – Considerações Finais	54
VII – Anexos	57



## FICHA TÉCNICA

### **Equipa de Coordenação do Fórum Cidadania & Território**

Conceição Matos, Álvaro Cidrais, Hermínia Gonçalves, Sara Trindade e Telma Guerreiro

### **Coordenadores dos Fóruns Locais**

Alfredo Simões, Augusto Sousa (RUMO), Cristina Coelho, Fernanda Vaz (ACTIVAR), Hélder Guerreiro, João Cordovil, José Manuel Henriques, Marco Domingues (ECOGERMINAR), Nelson Dias (IN LOCO), Paula Reis e Vanessa Sousa

### **Relatores**

Álvaro Cidrais, Conceição Matos, João Cordovil, João Ferrão, José Manuel Henriques e Susana Sousa

## AGRADECIMENTOS



A equipa de coordenação do Fórum Cidadania & Território agradece a todos quanto tornaram possível a realização deste trabalho:

Aos(às) coordenadores(as) dos Fóruns Locais, que de forma empenhada conseguiram dinamizar as sessões e tornaram possível a elaboração deste documento;

Aos membros do Fórum, que se disponibilizaram a participar e colaborar ativamente nas sessões de debate e discussão;

À Ecogerminar e aos habitantes da aldeia do Juncal do Campo, que de forma muito genuinamente portuguesa tão bem nos acolheram no Encontro Nacional de síntese;

A todos os membros da sociedade civil que connosco quiseram refletir sobre o tema da valorização dos territórios do interior, acreditando que é possível fazer diferente e melhor no sentido da sua promoção, em nome de um País que se quer justo, equilibrado e coeso;

E, finalmente, aos relatores deste documento pelo contributo dado na sua construção e organização.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

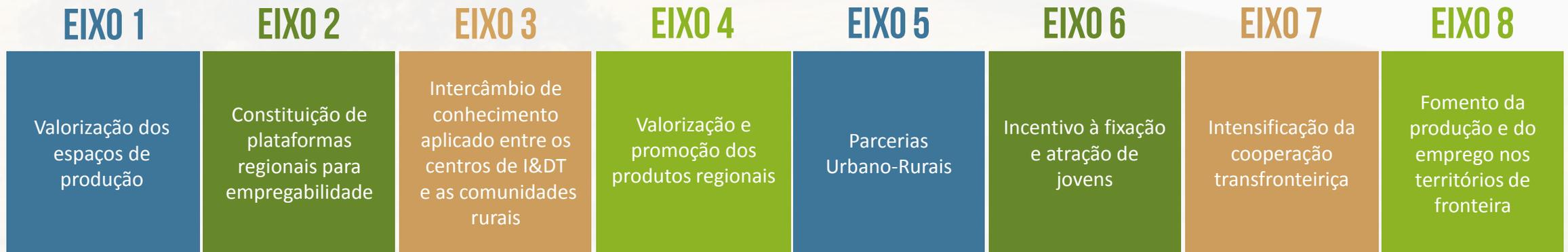


O presente documento representa o contributo que o **Fórum Cidadania & Território (FC&T)** apresenta à **Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI)**, tendo em vista a definição do Programa Nacional para a Coesão Territorial. O documento inclui um conjunto de **166 propostas** de medidas e de instrumentos de política, algumas das quais sem quaisquer custos, dependendo a sua implementação apenas de vontade política e de uma efetiva e comprometida articulação interinstitucional.

As propostas que aqui se apresentam resultaram de um processo de consulta pública à sociedade civil através da utilização de metodologias participativas.

Para o efeito foram constituídos 11 fóruns de base territorial, distribuídos por todo o País, de Vila Real ao Algarve. Cada fórum local foi coordenado por um membro do FC&T, que tinha por missão organizar e dinamizar os debates.

As propostas recolhidas centraram-se em torno dos **oito eixos** definidos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro:



O processo foi coordenado, a nível central, pela Equipa de Coordenação do FC&T e a redação do documento contou com um conjunto de relatores membros do Fórum.

Os trabalhos decorreram ao longo de 5 meses e passaram por diferentes momentos. Na primeira fase procedeu-se à definição da metodologia e à recolha das propostas a partir da realização de fóruns de base local. A segunda fase consistiu na realização de um encontro nacional, no âmbito do qual se procedeu à reflexão e ao debate sobre as propostas apresentadas no primeiro momento. A terceira fase, de validação, foi concretizada a partir do envio aos coordenadores dos fóruns locais das propostas sistematizadas a partir dos contributos obtidos nos dois momentos anteriores. Finalmente, a quarta fase consistiu na sistematização das propostas e sua divulgação.

Participaram neste processo **362 atores**, públicos e privados, que representam diferentes setores da sociedade.

## I - ENQUADRAMENTO



O **Programa do Governo** estabelece como um dos seus objetivos prioritários a “afirmação do interior” como pilar central do desenvolvimento económico e da coesão territorial do país. Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro, foi criada a **Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI)**, que tem como objetivo definir, implementar e supervisionar um **Programa Nacional para a Coesão Territorial**, bem como promover o desenvolvimento do território do interior através da implementação de medidas específicas e de mecanismos de articulação de natureza interministerial.

O **Fórum Cidadania & Território (FC&T)**, criado em 2013, é uma rede informal de âmbito nacional composta por **166 membros**, dos quais **36 são associações de desenvolvimento local** e os restantes participam a **título individual**, oriundos de diferentes áreas profissionais (ONG, ensino superior e secundário, administração pública, autarquias, etc.) e, muitos com larga experiência ao nível da conceção, implementação e avaliação de políticas públicas.

No entendimento do **FC&T** o desenvolvimento dos territórios deve ser ancorado em políticas integradas de base local que valorizem o seu capital social e territorial (material e imaterial) como marca identitária e de afirmação das suas especificidades. Tal desenvolvimento deve resultar de um trabalho de proximidade física e relacional, que assegure a participação dos atores locais, a cooperação institucional, a integração das comunidades, bem como a abertura e articulação com outras escalas territoriais (regional, nacional e transnacional), rejeitando, nessa medida, visões localistas fechadas sobre si próprias.

Os **princípios orientadores** que guiam o Fórum Cidadania & Território são:

1

Qualquer processo de desenvolvimento deve ser entendido de forma *multidimensional*, envolvendo as componentes social, económica, ambiental e cultural, e basear-se numa visão de longo prazo, levando em conta os interesses e as necessidades das gerações futuras.

2

As *práticas descentralizadas* de mobilização, participação, cooperação, negociação e aprendizagem são fatores essenciais para a construção de comunidades locais com uma vida coletiva assente numa cultura de confiança, solidariedade, corresponsabilização e predisposição para estabelecer compromissos sociais duradouros.

3

Os processos de *inovação social* devem ser adequados a contextos territoriais concretos.

4

O desenvolvimento territorial exige uma forte *capacitação cívica e institucional*, a criação de inter-relações entre *redes de atores* relevantes, tanto locais como externos, e ainda a constituição de formas de *governança territorial* democráticas, eficientes, justas e baseadas em processos de decisão publicamente escrutináveis.

5

O desenvolvimento territorial pressupõe a aceitação de que os cidadãos e as organizações não podem ter os seus direitos e garantias amputados em função do local onde vivem ou desenvolvem as suas atividades (*justiça espacial*).

Foi com base nestes princípios que o **FC&T**, enquanto espaço cívico e plural, decidiu levar a cabo um processo participativo de reflexão e debate, envolvendo a sociedade civil, com o objetivo de dar um contributo para a elaboração do referido plano de ação, no pressuposto de que este assumira os territórios do interior como parte integrante de um país que se deseja coeso e promova um desenvolvimento justo e equilibrado que possa ajudar a minimizar muitas das dificuldades com que os territórios do interior se debatem e se vêm traduzindo em ciclos viciosos de baixas densidades populacionais, relacionais e institucionais, que fragilizam os seus processos de desenvolvimento e competitividade e contribuem para a sua progressiva desvalorização social e simbólica.

Deste processo que decorreu ao longo de 5 meses, cobrindo a generalidade do território nacional, de Vila Real ao Algarve, resultou o presente documento, que contém um conjunto significativo de propostas de medidas e instrumentos de política, organizado segundo os 8 eixos definidos na RCM n.º 3/2016. Com base neste documento, o FC&T considera relevante que, nos processos de desenvolvimento e valorização do Interior, sejam tidos em conta os seguintes objetivos:

*Transformar perceções e representações sobre os fatores de unidade e diversidade do Interior, de modo a promover formas de intervir no território que valorizem mais as oportunidades e os recursos do que os limites e constrangimentos das áreas de baixa densidade;*

*Aumentar a densidade populacional e relacional e o nível de investimento no Interior, preservando e valorizando os equilíbrios ecossistémicos e os patrimónios que lhe conferem diferenciação e suportam o desenvolvimento e a coesão territorial;*

*Estruturar as plataformas relacionais que apoiem o desenvolvimento de processos colaborativos de governação integrada (multinível e multiescala), envolvendo a sociedade civil, designadamente, os cidadãos, as comunidades, as ONG, as empresas e os diferentes níveis da administração pública;*

*Promover o desenvolvimento diferenciado do Interior, de acordo com as suas características e densidades próprias, na continuidade com o território além-fronteiras, no quadro da União Europeia e com a desejável articulação entre atores e as políticas nacionais de Portugal e de Espanha;*

*Mobilizar os recursos disponíveis, designadamente financeiros e legislativos, para o desenvolvimento de novas economias de base local, capazes de conjugar a dimensão socio-territorial de espaços urbanos e rurais com a dimensão digital/virtual, fazendo uso de plataformas tecnológicas de gestão da informação e das relações com outros atores e espaços numa ótica global;*

*Estimular processos de animação territorial e de articulação interinstitucional que facilitem a construção de uma visão comum do território, a mobilização coerente dos seus recursos e o aproveitamento com sucesso de novas oportunidades.*

## II - QUESTÕES CONCRETAS PRÉVIAS: CONCEITOS DE INTERIOR E DE COESÃO E ANIMAÇÃO TERRITORIAIS

### 1 - CONCEITO DE INTERIOR

O conceito de Interior justifica algumas observações prévias:

#### 1.1 - SOBRE O CONCEITO DE INTERIOR

Não existe uma definição objetiva e consensual sobre Interior. Contudo, têm sido adotados mapas de “interioridade” associados a situações de discriminação positiva em termos de Isenção/Redução da Taxa Contributiva para a Segurança Social em Regiões com Problemas de Interioridade (Decreto-Lei n.º 55/2008, de 26 de março), de atribuição de incentivos às regiões com problemas de interioridade (Portaria n.º 1117/2009, de 30 de setembro) e de acesso ao Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM) (Portaria n.º 68/2013, de 15 de fevereiro, e Portaria n.º 261/2014, de 16 de dezembro).

No âmbito das políticas territoriais, a designação Interior tem vindo a ser substituída pela expressão “Territórios de Baixa Densidade”. A ANMP tem uma Secção de Municípios de Baixa Densidade [e do Mundo Rural] e aprovou um mapa que delimita a parte do território de Portugal Continental considerado “de baixa densidade”. Esse mapa foi retomado para efeitos de aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios no quadro do Portugal 2020 (versão final de 1 de julho de 2015).

Os mapas do Interior e dos Territórios de Baixa Densidade anteriormente referidos coincidem em grande parte, mas não na sua totalidade.

Tanto o conceito de Interior como o de Territórios de Baixa Densidade são muitas vezes identificados com áreas rurais. Merece destaque, desse ponto de vista, o nome da secção da ANMP acima referida: Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural. No entanto, existem áreas urbanas tanto no Interior como nos territórios de baixa densidade e, simetricamente, verifica-se a presença de áreas rurais no litoral e fora dos territórios de baixa densidade.

Finalmente, tanto no Interior como nos Territórios de Baixa Densidade ocorrem situações muito diversificadas, o que obriga a ter presente, em ambos os casos, a coexistência de fatores de unidade, globalmente aplicáveis a todas as áreas incluídas em cada uma daquelas categorias, e fatores de diversidade, associados a graus desiguais, em intensidade e natureza, de “interioridade” e de “baixa densidade”.

Neste documento, utiliza-se, em geral, a designação Interior porque é essa a palavra adotada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro, que estabelece a criação da UMVI. Mas tem-se presente que uma das características essenciais do Interior é a presença muito significativa de territórios de baixa densidade demográfica, económica, institucional e relacional. Por outro lado, as propostas apresentadas não são, deliberadamente, acompanhadas por qualquer mapa que delimite geograficamente as áreas de incidência das recomendações efetuadas.

## 1.2. ÂMBITO GEOGRÁFICO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Do ponto de vista da área geográfica de incidência das propostas apresentadas, é possível distinguir cinco situações:

- Propostas de âmbito nacional mas que são particularmente importantes para as áreas do Interior;
- Propostas genericamente aplicáveis às áreas do Interior (lógicas de discriminação positiva e/ou de justiça espacial face às restantes áreas de Portugal continental);
- Propostas com incidência exclusiva em áreas particulares do Interior (por exemplo, regiões de fronteira ou áreas de interioridade severa/de montanha);
- Propostas que valorizam soluções de integração e parceria entre as comunidades e empresas do Interior e as do litoral ou de regiões espanholas vizinhas;
- Propostas que valorizam a inserção das comunidades, empresas e outras organizações do Interior em redes e espaços distantes ou mesmo globais.

Esta diferenciação reflete a posição expressa nos pontos anteriores: o Interior não deve ser visto nem como um enclave nem como um território homogéneo. Ao mesmo tempo, reconhece-se que uma parte significativa dos fatores explicativos das situações de interioridade, sobretudo os de natureza mais estrutural, não é resolúvel através de medidas exclusivamente aplicadas às áreas do Interior.

## 2. CONCEITOS DE COESÃO E ANIMAÇÃO TERRITORIAIS

De acordo com documentos sobre a construção e o desenvolvimento do projeto europeu (e.g. Tratado de Amesterdão, Tratado de Lisboa, ‘Livro Verde’, Agenda Territorial Europeia, Relatório Barca, Relatórios da Coesão, etc.), a coesão territorial é entendida no quadro de um processo de articulação territorial que não se confina ao domínio das políticas regionais, já que pressupõe:

- A atenção, simultânea, aos *efeitos territoriais das políticas macroeconómicas e sectoriais*;
- Políticas de desenvolvimento regional não tradicionais, que não se confinem aos problemas de regiões específicas mas acolham os *desafios de desenvolvimento na “totalidade das localidades”*, conjugando a articulação multinível e a articulação intersectorial para a integração territorial na construção de respostas específicas em cada unidade territorial;
- Uma “transição paradigmática” na compreensão das relações entre as sociedades e os respetivos territórios e as implicações que daí decorrem na formulação das políticas públicas de desenvolvimento territorial, para que possam ser acolhidas *respostas específicas e únicas em cada unidade territorial para a promoção da competitividade das empresas e de processos de inclusão social*;
- Uma capacidade local de iniciativa e de organização, que contribua para assegurar a *coerência entre aquela especificidade e a sinergia potencial entre os diferentes domínios de política pública*, tendo em vista a obtenção de maior eficiência e eficácia na resposta aos desafios de cada território. Caso essa capacidade não exista à partida, a *“animação territorial”* para a sua constituição deverá ser considerada como objeto de política pública para a coesão territorial. Através da “animação territorial” será possível criar condições que contribuam para contrariar a não-emergência espontânea de ações de iniciativa local.

A animação territorial, que nem sempre é tida em consideração no quadro da conceção das políticas, desempenha, portanto, um papel decisivo nos processos de desenvolvimento territorial. Esta insuficiência é reconhecida a nível Europeu, quando se refere que os obstáculos ao desenvolvimento local se situam menos no plano financeiro e mais no plano das “mentalidades e da organização administrativa”.

Através da animação territorial consegue-se o envolvimento das pessoas, dando-se-lhes voz e promovendo a sua integração no tecido social, contribuindo, desse modo, para o aumento da autoestima individual e coletiva e para o fortalecimento da coesão territorial através do reforço do sentimento de pertença ao local. A animação territorial estimula a ação local, reforça o quadro de relações interpessoais e, capacitando as comunidades ao nível individual, organizacional e comunitário, mobiliza e reforça as competências que lhes permitem identificar as oportunidades e conceberem soluções inovadoras, com vista ao desenvolvimento territorial, em concreto, da unidade territorial em que estão integradas.

## III – AS 10 PROPOSTAS TOP +

Do conjunto de propostas recolhidas no quadro deste processo de consulta alargada de base territorial, foi pedido aos (às) coordenadores (as) dos fóruns locais que identificassem as 10 propostas estruturantes consideradas mais emblemáticas para a valorização dos territórios do Interior.

As escolhas, ordenadas por eixo, foram as seguintes:

1

Criar um regime de “**fiscalidade amiga**” dos territórios do Interior:

- Isenção fiscal por um período de 3 anos para **novas empresas** criadas em áreas com **elevado grau de interioridade**;
- Redução de taxas do IRC e outros benefícios fiscais ao investimento para empresas com sede no Interior;
- Idem para **grandes projetos** com forte efeito multiplicador regional (*clusters*, cadeias de valor) e articulação com o sistema regional de inovação (Universidades, Institutos Politécnicos, etc.);
- Criação de benefícios fiscais para negócios **entre empresas localizadas no Interior (Eixo 1)**.

2

Reconhecer a especificidade e a importância da “**agricultura familiar**”, criando **apoios específicos** e **simplificando a carga administrativa**. A atividade destes pequenos produtores garante a qualidade da paisagem, que é importante para outras atividades económicas como o turismo, bem como a qualidade de vida a toda a sociedade pela maior qualidade ambiental que sustentam; por outro lado, a atividade destes pequenos produtores situa-se na condição da informalidade e o não cumprimento das exigências legais (fiscalidade, acesso aos programas de incentivo, comercialização em pequenos mercados locais – ver as exigências da legislação de 2015 sobre mercados locais) empurra-os para situações de ilegalidade e para o abandono das terras (**Eixo 1**).

3

Reforçar a capacidade de **atuação e autonomia dos Grupos de Ação Local, das Associações Locais, das Autarquias e das Comunidades Intermunicipais**, a nível institucional e financeiro, numa ótica de envolvimento, de repartição clara de âmbitos de atuação e competências e de corresponsabilização dos agentes locais na implementação das medidas específicas direcionadas a estes territórios **(Eixo 1)**.

4

**Descentralizar** a aplicação das **medidas de emprego** e **diferenciar** as **medidas de combate ao desemprego em zonas rurais de baixa densidade** das que são aplicadas nas regiões de grande concentração populacional:

- Maior **envolvimento e corresponsabilização dos agentes locais** na implementação de medidas;
- Ajustamento das medidas de apoio ao emprego e de combate ao desemprego ao **caráter sazonal das atividades agrícola e turística**;
- Majoração nos **apoios e incentivos à contratação** por empresas do Interior;
- Flexibilização das **medidas de apoio à criação do próprio emprego** promovidas pelo IEFP e majoração dos apoios financeiros **(Eixo 2)**.

5

Localizar **Centros de Conhecimento nos territórios rurais**, ou reforçar os existentes, de modo a dotar estes territórios de capacidade de investigação e inovação. As Universidades e os Institutos Politécnicos devem considerar os territórios envolventes como laboratórios, participando no desenvolvimento científico dos produtos e em estudos de colocação dos produtos nos mercados. A ligação dos agentes locais aos Centros de Conhecimento contribui também para incentivar os jovens altamente qualificados a fixarem-se nas regiões do Interior **(Eixo 3)**.

6

Rever ou criar **regulamentação nacional** no **sector agroalimentar**, visando:

- Operacionalização eficaz do **Regulamento (UE) 1151/2012**, relativo aos regimes de qualidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, e do **Regulamento (CE) 110/2008**, relativo à definição, designação, apresentação, rotulagem e proteção das indicações geográficas das bebidas espirituosas e das suas disposições complementares;
- Evitar situações de conflito com o **Decreto-Lei 36/2003** (CPI);
- Evitar que as **‘marcas brancas’** se apoderem de saberes-fazer específicos (enchidos, queijos, azeite, etc.), penalizando as DOP (**Eixo 4**).

7

Promover formas de **funcionamento em rede entre equipamentos sociais** (saúde, educação, etc.) e **culturais** localizados em áreas urbanas e rurais, explorando as potencialidades das TIC (teleserviços), complementaridades funcionais e sinergias (recursos, programação conjunta, etc.) (**Eixo 5**).

8

Promover soluções de **acolhimento integrado** de população que decida fixar-se nos territórios do Interior, contemplando várias dimensões em simultâneo (habitação, emprego, mobilidade, custos de contexto, educação, saúde, cultura, etc.), tendo em conta a diversidade de segmentos a atrair (jovens, jovens casais, jovens empreendedores, jovens estrangeiros, etc.). Exemplos:

- Criação de **pacotes para novos agricultores rurais**, incluindo o “acesso a terras + plano de negócios chave na mão”;
- **Articulação residência / empreendedorismo**, através do aluguer a preços acessíveis de casas recuperadas e apoio para desenvolvimento de negócios e/ou projetos;
- Criação de **“ecossistemas de acolhimento”** (aproveitamento de infraestruturas existentes), no sentido de aumentar o agenciamento de novos empreendedores (**Eixo 6**).

- 9 Definir **formas de associação entre municípios** de ambos os lados da fronteira com uma significativa integração funcional por parte das comunidades locais e das empresas, criando um “simplex” local do ponto de vista de alguns aspetos relacionados com fiscalidade, descontos para a Segurança Social, etc., à imagem do que sucede em algumas áreas do centro da União Europeia (ver exemplo concreto em funcionamento: <http://www.quattropole.org/fr/info>) (**Eixo 7**).
  
- 10 Criar uma **plataforma de “emprego transfronteiriço”** que facilite o recrutamento de trabalhadores de ambos os lados da fronteira e a **contratação pública transfronteiriça** (**Eixo 8**).

## IV – PROCESSO DE RECOLHA DE PROPOSTAS E CONTRIBUTOS



Nos pontos seguintes descreve-se a forma como o processo foi desenvolvido, explicitando-se os objetivos e a metodologia utilizada.

### OBJETIVOS GERAIS

- Contribuir para a definição do Programa Nacional para a Coesão Territorial, através de um conjunto de propostas de medidas e de instrumentos de política que estimulem a valorização dos territórios do Interior do País;
- Criar uma dinâmica de reflexão de âmbito nacional, envolvendo a sociedade civil, sobre as questões associadas à valorização do Interior.

### OBJETIVOS GERAIS

- Mobilizar para a reflexão os membros do FC&T e outros atores relevantes da sociedade civil presentes em diferentes territórios;
- Identificar as medidas e os instrumentos de política que contribuam para o desenvolvimento dos territórios do Interior;
- Discutir a adequação (identificando eventuais limitações) das medidas e dos instrumentos de política atualmente existentes às necessidades diversificadas dos territórios do Interior;
- Propor a introdução de alterações, visando a melhoria das medidas e dos instrumentos de política identificados;
- Elaborar um documento integrador das propostas apresentadas pelos diferentes grupos de reflexão a apresentar à UMVI.

### METODOLOGIA

A metodologia utilizada assentou em dinâmicas de reflexão e debate com a participação de membros do Fórum e da sociedade civil, tendo em vista identificar e recolher propostas concretas de medidas/instrumentos de política para a definição de um programa para o desenvolvimento coeso e integrado do Interior.

A reflexão em curso centrou-se em torno dos **oito eixos** definidos na RCM n.º 3/2016, de 22 de janeiro:

- Eixo 1 - Valorização dos espaços de produção;
- Eixo 2 - Constituição de plataformas regionais para empregabilidade;
- Eixo 3 - Intercâmbio de conhecimento aplicado entre os centros de I&DT e as comunidades rurais;
- Eixo 4 - Valorização e promoção dos produtos regionais;
- Eixo 5 - Parcerias Urbano-Rurais;
- Eixo 6 - Incentivo à fixação e atração de jovens;
- Eixo 7 - Intensificação da cooperação transfronteiriça;
- Eixo 8 - Fomento da produção e do emprego nos territórios de fronteira.



Fotografia: Fórum Alto Alentejo



Fotografia: Fórum Alentejo Interior

### ETAPAS/FASES DO PROCESSO

Este processo decorreu ao longo de 5 meses e foi estruturado em quatro momentos:

- Definição da estratégia /metodologia;
- Realização de Fóruns de base local;
- Realização de um Encontro Nacional;
- Sistematização das propostas e divulgação dos resultados.

#### 1.ª ETAPA – DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA /METODOLOGIA

A primeira etapa correspondeu ao momento de estruturação deste processo. Foi realizada uma reunião no IGOT-ULisboa, com o objetivo de definir uma estratégia /metodologia que foi posteriormente submetida à apreciação de todos os membros do Fórum através do *Googlegroup*, tendo sido lançado, também, o desafio para a constituição de fóruns locais.

#### 2.ª ETAPA – FÓRUNS DE BASE LOCAL

Realização de fóruns de base local, a partir da mobilização dos membros do FC&T e abertos à sociedade civil, que decorreram entre os meses de março e maio de 2016. Para esse efeito foram constituídos 12 grupos visando a maior cobertura nacional possível, se bem que condicionada aos territórios nos quais o Fórum C&T está representado e pode garantir a sua coordenação.

Dos 12 grupos constituídos apenas 1 não desenvolveu qualquer atividade.

Todos os(as) coordenadores(as) dos grupos são membros dos Fórum C&T, estando representados a título individual ou coletivo.



Fotografia: Fórum Lousã



Fotografia: Fórum Lisboa

Aos (às) coordenadores (as) competia organizar e dinamizar os debates, divulgar e convidar atores relevantes do seu território, bem como elaborar o documento de síntese com as propostas resultantes desses momentos de discussão e reflexão.

Os (as) coordenadores (as) recorreram a diferentes estratégias para a sua dinamização: sessões de trabalho, questionários *online*, sessões de *brainstorming*, reuniões com a população, debates, grupos focais, reflexão em sala de aula com alunos do ensino superior e profissional, conversas informais e recolha de contributos através de redes sociais (ver quadro em anexo).



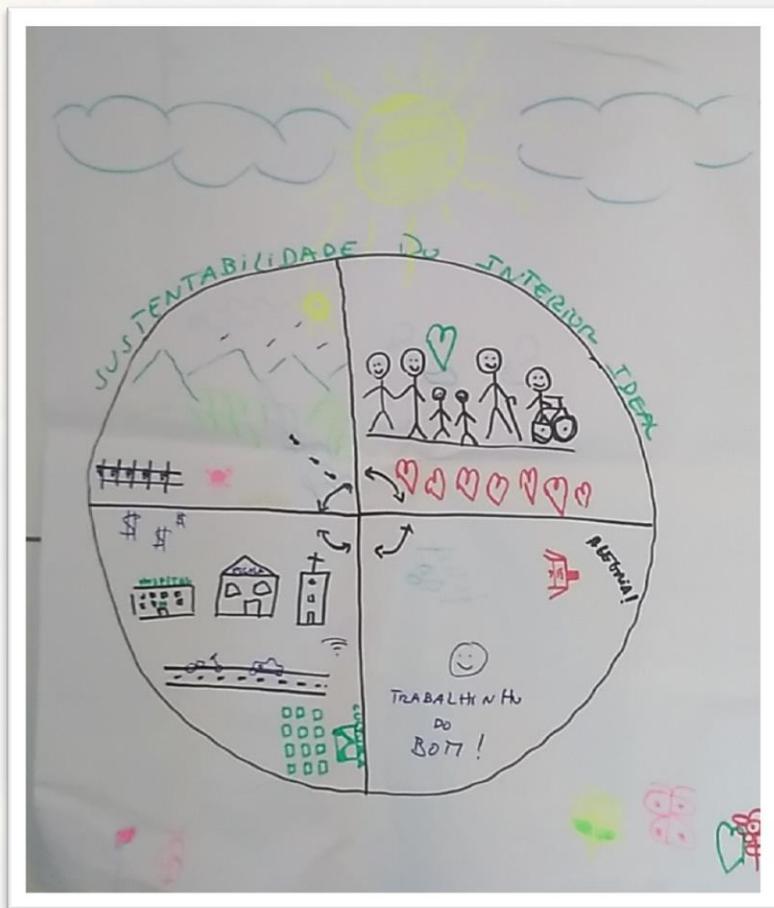
Fotografia: Fórum - Algarve

Para esta fase foram emanadas as seguintes orientações, que visavam garantir coerência às dinâmicas a desenvolver pelos diferentes grupos de trabalho:

- Os Fóruns deveriam partir do **que já existe** e ter como objetivo identificar **o que é necessário mudar**, tendo em vista a apresentação tanto de **propostas de alteração, como de propostas de medidas novas e inovadoras**;
- Cada grupo, em função do perfil dos atores envolvidos, da sua experiência e dos seus conhecimentos, deveria escolher dos 8 temas identificados na RCM aqueles em relação aos quais se sentisse mais à vontade para a discussão e a identificação de propostas;
- A identificação dos atores a envolver nestas reflexões deveria ficar ao critério dos (as) coordenadores (as), tendo-se recomendado que fossem convidadas pessoas/personalidades de diferentes áreas de conhecimento e de experiência que pudessem dar um contributo relevante.

Em anexo encontra-se o quadro que sistematiza a informação relativa à distribuição geográfica dos fóruns locais, identificação dos (as) coordenadores (as), estratégias utilizadas para a animação dos debates e datas e locais em que se realizaram.

As imagens seguintes ilustram algumas das dinâmicas locais (fóruns locais de Castro Daire e Lisboa, ficha concebida para a identificação de propostas e o resultado de um dos grupos de trabalho do fórum do Barreiro).



FÓRUM  
CIDADANIA & TERRITÓRIO

Barreiro, 9 de Abril de 2016

Proposta de solução para a VALORIZAÇÃO DO INTERIOR

Qual a solução?	DESSENVOLVER PRÁTICAS EDUCATIVAS DE REGIÃO CAMINHO DO TERRITÓRIO • DESSENVOLVER AFORESÇOS PROFISIONAL • CRIAR FORMAÇÃO BASEADA NAS NECESSIDADES/DEMANDAS DO TERRITÓRIO
Em que eixo(s) se insere?	4 e 6
Para quem e para quê?	ALGUNS (Crianças e jovens)
Qual a intenção ou finalidade?	Fixação de jovens no interior através da formação para o empreendedorismo para a valorização do território
Quem concretiza?	- ESCOLAS (integração curricular/curricular) - ESCOLAS - COMUNIDADE
Como se concretiza?	- Criação de fundamentos locais para projetos piloto - Realização de projetos piloto em parceria (empresas, organizações de base local, comunidade educativa/formal) - Formação de profissionais e intervenção em escolas - Mobilização da comunidade
Quais as questões pertinentes a ter em conta para a concretização?	

### 3.ª ETAPA – ENCONTRO NACIONAL

Realização, no dia 7 de maio de 2016, na aldeia do Juncal do Campo, no distrito de Castelo Branco, de um Encontro Nacional, no âmbito do qual foram discutidas as propostas resultantes dos fóruns locais.

Neste encontro participaram cerca de 70 pessoas (membros do FC&T, população residente, autarcas, etc.), tendo contado, na sessão de encerramento, com a presença do coordenador-adjunto da UMVI.

Durante o Encontro cada coordenador apresentou as propostas resultantes dos fóruns locais, tendo sido realizados 5 workshops, cujos participantes foram distribuídos por grupos, de acordo com os oito eixos da RCM. Estes workshops foram dinamizados por elementos do FC&T com experiência reconhecida em cada uma das áreas e visaram a análise, discussão e validação das propostas recolhidas e sistematizadas no contexto dos fóruns locais.



Fotografias: Encontro Nacional do FC&T – Juncal do Campo

## 4.ª ETAPA – SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Sistematização, segundo os oito eixos da Resolução de Conselho de Ministros, das propostas recolhidas nos dois momentos anteriores e posterior validação pelos(as) coordenadores(as) dos fóruns de base local que culminará com a apresentação do documento final à UMVI e a realização de uma sessão pública de divulgação do trabalho realizado.

### AÇÕES DE DIVULGAÇÃO

Para a divulgação dos fóruns locais, os grupos utilizaram estratégias diversificadas: redes sociais, contactos pessoais diretos, convites a entidades que colocavam nos respetivos sites um link para o evento, imprensa local, cartazes, estabelecimento de parcerias para a dinamização dos debates, etc.

Eis alguns exemplos de estratégias utilizadas pelos grupos da Lousã e de Vila Real.



**Diário de Coimbra**  
Fundador Adriano Lucas (1883-1950) | Director "in memoriam" Adriano Lucas (1925-2011) | Director Adriano Calé Lucas

**Fórum para a Valorização do Interior na Lousã**

AMANHÃ Numa organização Activar/Adiber/Dueceira/Lousitânea, tem lugar amanhã, na Lousã, o Fórum para a Valorização do Interior, realizado no âmbito do movimento nacional Fórum Cidadania & Território. Sob o tema "Da reflexão de todos nasce o futuro.", o evento, que se inicia às 20h45, tem como palco o auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, e tem como principal objetivo, reflectir e reunir propostas de acção que posteriormente serão enviadas à Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI). Explica a organização que, neste contexto, procurando

Desenvolvimento do interior discutido amanhã na Lousã

envolver os territórios, as entidades que nele desenvolvem o seu trabalho e as populações que nele habitam, pretende-se com esta iniciativa estimular a participação de todas as pes-

sous e entidades preocupada com a realidade que actual mente se vive nas regiões d interior de Portugal e que atra vés deste meio poderão fazer chegar as suas propostas ao responsáveis políticos.

Este fórum vem, mais, no sentido de "ajudar" a recém criada Unidade de Missão para a Valorização do Interior, fazendo "trabalho de sapa", na identificação de oportunidade e a criação de propostas objectivas, com a realização de um reflexo dos actores locais, estando previstas, para amanhã além da sessão de abertura, mesas redondas e as conclusões.

Recorda-se que a UMVI foi criada com o desígnio de criar implementar e supervisionar um programa para a coesão territorial, promovendo medidas de desenvolvimento do interior.



**FÓRUM para a VALORIZAÇÃO DO INTERIOR**

14.Abril.2016 20h30  
Lousã  
Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro

**CONVITE**

O Fórum para o Desenvolvimento do Interior assume-se como um espaço de reflexão, debate e partilha de ideias perspectivando criar localmente sinergias que conduzam a uma melhor compreensão dos territórios e o seu desenvolvimento harmonioso no contexto regional e nacional.

Com este intuito a Parceria Local composta pelas Associações ACTIVAR, ADIBER, DUECEIRA e LOUSITÂNEA, com o apoio do Município da Lousã associam-se ao movimento nacional e convidam V<sup>os</sup>.Ex<sup>as</sup>, para este evento na certeza que **da reflexão de todos nasce o futuro.**

Parceria Local: **activar**, **ADIBER**, **DUECEIRA**, **LOUSITÂNEA**, **LOUSÃ**

Apoio: **LOUSÃ**



**FÓRUM PARA A VALORIZAÇÃO DO INTERIOR**

**Parceria Nacional** plataforma de organizações e pessoas com representatividade nacional

arregaçar as mangas **utad**  
Desenvolvimento, inovação social e empreendedorismo

**Parceria Regional/Entidades e Empresas associadas**

**CORANE**, **DESTEQUE**, **DOLMEN**, **DOURO SUPERIOR**, **DOURO**, **AMIEIRO**, **LEQUE**, **CASA DE MATEUS**, **MAIS INTERIOR MAIS PORTUGAL**, **cinco anos sinergia**, **Santa Maria**, **D. JOÃO GONÇALVES**, **AETUR**, **color**, **eisopant**, **global sport**, **Notify**, **POLO**, **fiba**, **PERFORM UP**

### PARTICIPANTES

Estiveram envolvidas nestas dinâmicas 362 pessoas distribuídas pelas seguintes categorias: alunos do ensino profissional e superior, técnicos e dirigentes da administração central desconcentrada e local, técnicos e dirigentes de organizações não-governamentais (associações de desenvolvimento local, IPSS, associações de baldios, associações industriais e empresariais, religiosas, culturais), docentes do ensino superior, investigadores, empresários e elementos da sociedade civil, conforme quadro seguinte:

Fóruns	Nº de participantes	Caracterização dos participantes
Vila Real	44	As 5 ADL de todo o território, associações culturais e sociais e 2 fundações culturais: Museu do Douro e Casa de Mateus, empresários, pessoas a título individual, docentes do ensino superior (UTAD e IPV-Lamego) autarcas, incluindo as 3 CIM do território.
Castro Daire	13	Habitantes da aldeia ligados a atividades como a produção animal, agroalimentar, artesanal e cultural, à investigação e à política autárquica, concretamente Capuchinhas, Teatro Montemuro, Ervital, autarquia, moradores.
Dão Lafões	19 (1 contributo escrito)	Docentes e investigadores do ensino superior, membros de associações de desenvolvimento local, regional e empresarial, empresários e profissionais ligados ao setor da cultura e da saúde. Contributo escrito da Associação Desenvolvimento do Dão.
Beira Interior	46 (17 no debate)	Alunos(as) do ensino profissional do curso de animação socio cultural (ETEPA); alunos (as) do ensino superior; técnicos e dirigentes de associações de desenvolvimento local; população em geral.
Lousã	52	Representantes a título individual membros do FC&T e das seguintes entidades: ACTIVAR; DUECEIRA; ADIBER; LOUSITÂNEA; Câmaras Municipais da Lousã e de Oliveira do Hospital; Diretora do CTE da Lousã; CLDS3G; Universidade de Coimbra; CASCA; CIM da Região de Coimbra; Portugal com Paixão; Baldios de Vila Nova; junta de Freguesia de Góis; Federação de Bombeiros de Coimbra; Conselho Diretivo dos Baldios dos Lugares da ex-Freguesia de Vilarinho; Loja do Sr. Falcão; “Raízes de Sicó”; AEPD – Associação de Empresários de Poiães; Associação de Artesãos Serra da Estrela e Região Centro de Portugal; APTERN; ADSCCL; IPC – Escola Superior Agrária; Irmandade da Nossa Senhora das Necessidades; ARCIL; Baldios da Lousã; GEGOT (Universidade de Coimbra); TREVIM; Duecitània Design Hotel; ADIP; AESL; Nature Lousã; Ecosol; CES (Universidade de Coimbra); GSSDLR Miro; FMT; Go Ovidoor, Lda.

<b>Alto Alentejo</b>	16	Docentes e investigadores do ensino superior, membros de associações de desenvolvimento local e regional, políticos, empresários, técnicos da administração central, regional e local das seguintes entidades:  Instituto Politécnico de Portalegre; Associação Gente; Associação Qualifica/Origin Portugal; Universidade de Évora; Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia da Universidade de Évora; Amigos do Concelho de Aviz (Associação Cultural); Associação Juvenil de Castelo de Vide; SC Ergos.
<b>Lisboa</b>	18	Elementos da Administração Pública (GEPAC – Cultura; DGEEC; Agrupamento de Escolas; IEF; Segurança Social; DGADR/Rede Rural Nacional); Docentes do ISCTE-IUL; Centro de Investigação Dinâmica; ANIMAR; elementos da sociedade civil.
<b>Barreiro</b>	20	Representantes a título individual membros do FC&T e das seguintes entidades: autarquia do Barreiro (representante do vereador do urbanismo), EAPN Portugal; UNL; REBM, empresas (Partnerhotel e DOUTA); FabLab do Barreiro; Associação do Apoio ao Empreendedorismo da Região da Beira Interior; Krer Mais – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento.
<b>Alentejo Litoral</b>	21 (8 contributos escritos)	Autarquia de Odemira (Vice-presidente e Vereador); movimento de transição; empresários; Associação de Armadores de Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (AAPSACV); Junta de Freguesia de São Teotónio; Associação para o Desenvolvimento do Torrão.
<b>Alentejo Interior</b>	17 (4 contributos escritos)	Autarcas, técnicos e dirigentes de serviços e associações de desenvolvimento local; empresários, concretamente: Presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz e da ATLA; Presidente da Assembleia Municipal; Fundação Maria Inácia Vogado Perdigão Silva – IPSS/ Autarca; membros do FC&T; ADRAL / Associação Terras Dentro; ADC Moura; ADP Mértola; Empresário /Aquaspace /Alquevatours; EDIA; DRAPAL – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo; Empresário Agrícola; Associação Monte; Consultora; Associação Transfronteiriça Lago Alqueva; Universidade de Évora / ICAAM – Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas / Rede Cidadania de Montemor-o-Novo.  Contributos escritos: Cebal – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agroalimentar do Alentejo; Rota do Guadiana; Escola Profissional de Serpa; Instituto Politécnico de Beja.
<b>Algarve</b>	26	IN-LOCO; Municípios S. Brás de Alportel; Albufeira; Alcoutim; Aljezur; Faro, Lagos, Loulé; Olhão; Silves, Tavira Universidade do Algarve, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, as associações florestais, as associações empresariais e as associações de desenvolvimento local; ACRAL – Associação do Comércio e Serviço da Região do Algarve; Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão; Associação de Terras do Baixo Guadiana.
<b>Encontro Nacional</b>	70	Membros do FC&T e cidadãos da sociedade civil provenientes de todo o País.

## V - PROPOSTAS

Apresenta-se de seguida a sistematização das **166 propostas de medidas e instrumentos de política**. As propostas estão distribuídas pelos oito eixos da UMVI e agrupadas por áreas temáticas (domínios de intervenção e subdomínios) conforme quadros seguintes:

### EIXO 1 - VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO

Domínio de Intervenção	Subdomínio	PROPOSTAS	
		Nº	Descrição
Gestão fundiária e territorial	Acesso à terra	1	Melhorar a legislação de acesso à terra (compra e arrendamento).
		2	Criar medidas fiscais que facilitem o acesso à terra para fins produtivos (p. e., reduzir o IMI dos terrenos rústicos que estão a ser efetivamente utilizados e agravar os que estão abandonados, à imagem do que sucede com os fogos devolutos).
	Bolsa de Terras		Avaliar e melhorar a iniciativa Bolsa Nacional de Terras, criada pela Lei nº 62/2012, de 10 de dezembro, no sentido de detetar constrangimentos e fatores críticos de sucesso que permitam a sua dinamização, nomeadamente ao nível de:
		3	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mecanismos e instrumentos operativos (compensações e penalizações fiscais, expropriação, interesse público, etc.);</li> <li>Estabelecimento de parcerias e gestão;</li> <li>Financiamento;</li> <li>Medidas de promoção.</li> </ul>
		4	Implementar um modelo SIMPLEX de atualização permanente do cadastro dos prédios rústicos, dando prioridade às áreas com predomínio de micro e pequena propriedade (facilitando as operações de emparcelamento) e com ocupação florestal, com destaque para as ZIF (facilitando formas conjuntas eficazes de gestão florestal).
Baldios	5	Rever a atual lei dos baldios, de modo a reativar os baldios como propriedade comunitária.	

Gestão fundiária e territorial	Ordenamento do Território	<p>6 Criar mecanismos e dispositivos de informação à população sobre procedimentos de legalização de espaços de produção e de licenciamento de atividades e reforçar os procedimentos de participação dos cidadãos nos processos de planeamento e ordenamento.</p> <p><u>Exemplo:</u></p> <p>Criação, nas autarquias, de gabinetes de apoio dedicados à divulgação, ao esclarecimento e à consulta amigável dos regulamentos de licenciamento de atividades económicas e dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor com incidência num mesmo território.</p>
		<p>7 Aumentar a coerência entre os vários Instrumentos de Gestão Territorial e entre estes e outras figuras condicionantes do uso e da ocupação do solo (Planos Diretores Municipais, Cadastros florestais; Parcelário Agrícola; Cartas de Ordenamento da REN, RAN, Áreas Protegidas, etc.) e promover uma maior articulação administrativa e de processos de decisão entre as entidades intervenientes.</p> <p><u>Exemplo:</u></p> <p>Inclusão de medidas no Programa Simplex+ que deem resposta aos problemas de descoordenação identificados.</p>
		<p>8 Promover a coincidência dos vários "mapas" administrativos (judiciário, saúde, ensino, regiões de turismo, agricultura, etc.).</p> <p><u>Exemplo:</u></p> <p>Criação de um Grupo de Missão Interministerial que apresente uma proposta de base territorial da organização dos vários serviços públicos tendo como referência as NUTS II e III.</p>
		<p>9 Proceder à reativação imperativa dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF).</p>
		<p>10 Aprovar os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) em falta no Continente e introduzir uma maior diferenciação intrarregional na aplicação de normas e critérios dos PROT em vigor (aquando da sua revisão) ou a aprovar.</p>
		<p>11 Definir, através de planos de ordenamento do território, zonas específicas para a fixação de indústrias e empresas onde se apliquem incentivos diversos, tais como o custo dos terrenos ser função do número de postos de trabalho criados e isenção/redução fiscal/linhas de financiamento específicas.</p>

<b>Incentivos ao investimento</b>	Financiamento	12	<p>*Criar o SIII-Sistema de Incentivos ao Investimento no Interior, ajustando os critérios à realidade destes territórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Valorização das situações de pluriatividade e plurirrendimento;</li> <li>– Avaliação de projetos baseada em critérios de sustentabilidade ambiental e social, capacidade de fixação de jovens, criação de valor nas cadeias de produção, melhoria das condições de trabalho e de apoio social aos trabalhadores e impacto social e económico no longo prazo;</li> <li>– Majoração de incentivos à criação e fixação de startups.</li> </ul> <p>Esta proposta é complementar de outras no Eixo 4 (proposta nº 3) e no Eixo 6 (proposta nº 6).</p>
	Fiscalidade	13	<p>*Criar um regime de “fiscalidade amiga” dos territórios do Interior:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Isenção fiscal por um período de 3 anos para novas empresas criadas em áreas com elevado grau de interioridade;</li> <li>– Redução de taxas do IRC e outros benefícios fiscais ao investimento para empresas com sede no Interior;</li> <li>– Idem para grandes projetos com forte efeito multiplicador regional (clusters, cadeias de valor) e articulação com o sistema regional de inovação (Universidades, Institutos Politécnicos, etc.);</li> <li>– Criação de benefícios fiscais para negócios entre empresas localizadas no Interior.</li> </ul> <p>Esta proposta é complementar de outras no Eixo 4 (proposta nº 3) e no Eixo 6 (proposta nº 6).</p>
	“Portugal 2020”	14	<p>Introduzir mecanismos de discriminação positiva dos territórios de baixa densidade (exemplo: majoração dos apoios e abertura de concursos específicos para investimentos nestes territórios, com dotações financeiras que respondam às necessidades dos empreendedores locais e com procedimentos mais simplificados).</p>
		15	<p>Introduzir flexibilidade para adequar os critérios de elegibilidade à especificidade das regiões do Interior (exemplo: revisão dos indicadores de emprego, de modo a contemplar o emprego a tempo parcial; alteração dos limites mínimos de dimensão para reconhecimento público das organizações de produtores, que estão desadequados face à realidade de um pequeno país como Portugal).</p>

<b>Incentivos ao investimento</b>	"Portugal 2020"	16	Apoiar a organização e estruturação de cadeias de valor, nomeadamente em fileiras inovadoras que integrem a transformação, a comercialização e a valorização da marca para que as mais-valias fiquem na região, e incluir o apoio estruturado à internacionalização das novas fileiras por pequenos produtores.
		17	Reforçar a capacidade de atuação e autonomia dos Grupos de Acção Local, das Associações Locais, das Autarquias e das Comunidades Intermunicipais, a nível institucional e financeiro, numa ótica de envolvimento, de repartição clara de âmbitos de atuação e competências e de coresponsabilização dos agentes locais na implementação das medidas específicas direcionadas a estes territórios.
		18	Rever a regulamentação da DLBC, ampliando o seu âmbito de aplicação, integrando melhor o financiamento assegurado pelos vários fundos (FEADER, FEDER e FSE) e simplificando os procedimentos de modo a apoiar os pequenos projetos de aldeias ou concelhos do Interior.
		19	Rever o PDR2020: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Maior apoio à "agricultura familiar" e a formas alternativas de produção agrícola, como a permacultura;</li> <li>– Revisão do regime de "apoio direto aos agricultores" a favor de um pagamento agroecológico, assente em princípios de desenvolvimento sustentável do ambiente, da biodiversidade e das zonas rurais desfavorecidas.</li> </ul>
		20	Rever os regulamentos de implementação dos FEEI, no sentido de garantir uma eficaz articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, de modo a que não sejam inviabilizadas oportunidades de negócio apoiadas pelos fundos estruturais.
	Regulação	21	Aplicar um "Simplex" ao Interior, com medidas de simplificação legislativa e diminuição dos encargos administrativos – por exemplo, ao nível das exigências para o licenciamento das microempresas - e que tenha em consideração as especificidades dos diferentes territórios (diferenciação interna do Interior).
<b>Apoio à produção</b>	Agricultura e Floresta	22	Reconhecer a especificidade e a importância da "agricultura familiar", criando apoios específicos e simplificando a carga administrativa. A atividade destes pequenos produtores garante a qualidade da paisagem, que é importante para outras atividades económicas como o turismo, bem como a qualidade de vida a toda a sociedade pela maior qualidade ambiental que sustentam; por outro lado, a atividade destes pequenos produtores situa-se na condição da informalidade e o não cumprimento das exigências legais (fiscalidade, acesso aos programas de incentivo, comercialização em pequenos mercados locais – ver as exigências da legislação de 2015 sobre mercados locais) empurra-os para situações de ilegalidade e para o abandono das terras.

<b>Apoio à produção</b>	Agricultura e Floresta	23	Apoiar a comercialização dos excedentes de produção agrícola através do incentivo à venda de cabazes agrícolas com esses excedentes (à semelhança do que ocorre na iniciativa PROVE). Esse incentivo pode passar, por exemplo, pela isenção de declaração de muito pequenos rendimentos.
			Promover o planeamento dos espaços de produção:
		24	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Elaboração e atualização permanente de uma base de dados georreferenciada, para consulta por empresários e outros interessados, com espaços adequados para permacultura ou métodos semelhantes e diferentes setores de produção agrícola e florestal;</li> <li>– Divulgação de informação regionalizada, com tabelas de referência a nível de preços e de serviços prestados.</li> </ul>
		25	Promover o levantamento e a conservação dos recursos genéticos do Interior, combatendo o desaparecimento de variedades e de práticas tradicionais de laboração.
		26	Alargar as áreas de regadio e conceder apoio específico e prioritário às infraestruturas e tecnologias de regadio (concedidos, maioritariamente, nos últimos anos à região do Alqueva).
		27	Criar mecanismos para a gestão dos espaços improdutivos (ex. espaços florestais propriedade do Estado), com cedência da gestão mediante definição dos usos a afetar a cada parcela.
		28	Criar medidas de apoio aos pequenos produtores florestais para a realização de atividades de gestão florestal, enfatizando o associativismo sectorial.
<b>Desenvolvimento Local</b>	Turismo	29	Reforçar medidas supramunicipais vocacionadas para a valorização do património histórico-cultural dos territórios e que promovam o seu desenvolvimento turístico, facilitando os processos para reutilização/refuncionalização de equipamentos desativados ao serviço de projetos com interesse público ao nível cultural/patrimonial/turístico (exemplos: Casas dos Cantoneiros e da JAE, escolas primárias, equipamentos industriais, etc.).

<b>Desenvolvimento Local</b>	Turismo	30	Promover a inventariação do património (natural e cultural), para desenvolvimento integrado de rotas e roteiros turísticos e de lazer que tenham como referência áreas do Interior, e criação de estruturas profissionalizadas de apoio à dinamização turística dos territórios (exemplo: ERTA).
	Dinamização empresarial	31	Criar condições para que, aquando dos processos de decisão por parte do Governo (investimento externo, por exemplo), o interior seja considerado de forma prioritária.
		32	Criar centros dotados de NTIC onde diferentes empresas se localizem de modo a partilhar recursos – boa imagem/elevado “standing”.
		33	<p>Criar espaços de produção de conhecimento não formal nas comunidades para a promoção de conhecimento e de valorização do conhecimento que existe nos diferentes territórios ("regionalização dos RH" - cada pessoa formada deve ser formada também sobre a região onde trabalha):</p> <p>- Apresentação de proposta à Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) para a criação de uma Unidade de Formação de Curta Duração (UFCD) que fique disponível no Catálogo Nacional de Qualificações e seja transversal a vários cursos profissionais.</p>
		34	Criar uma Task Force para o Desenvolvimento, em vez dos atuais Gabinetes de Apoio aos Empresários, no sentido de apoiar novos investidores nacionais e estrangeiros (comunidades de estrangeiros/neo-rurais).
	Sociedade civil, experimentação	35	Reforçar o papel das organizações da sociedade civil nos fóruns de decisão regionais, de modo a reequilibrar a visão das autarquias locais sobre o desenvolvimento local.
36		Experimentar uma perspetiva micro do desenvolvimento do território, através da criação de um projeto-piloto onde fosse definido um plano para um pequeno território, à semelhança dos Planos Locais participados para a paisagem, que estão a ser desenvolvidos na Dinamarca.	

<b>Contexto territorial</b>	Serviços de proximidade	37	Reforçar o apoio a serviços de proximidade, de natureza pública ou privada, por exemplo nos domínios sociais e de saúde (vide apoio domiciliário integrado), dado que esses serviços, para além de serem importantes do ponto de vista da qualidade de vida, dão ainda um contributo relevante para a criação e manutenção de emprego.
	Acessibilidade e conectividade	38	Promover as ligações rodoviárias à rede de autoestradas espanholas.
			Promover a acessibilidade digital:
		39	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da ligação por cabo de fibra ótica de todas as áreas industriais do Interior do país;</li> <li>• Garantia de sinal e de velocidade mínimos em áreas relevantes para a fixação de empresas;</li> <li>• Ligação das aldeias rurais à Internet (Internet FOR ALL);</li> <li>• Conclusão da instalação da fibra ótica em todo o território Interior.</li> </ul>
		40	Reativar / refuncionalizar as linhas de caminho-de-ferro abandonadas do Interior.
		41	Desconcentrar a prestação de serviços sociais e de apoio às atividades económicas, garantindo maior proximidade às comunidades, através, por exemplo, da criação de polos e de serviços itinerantes.

## EIXO 2— CONSTITUIÇÃO DE PLATAFORMAS REGIONAIS PARA A EMPREGABILIDADE

Domínio de Intervenção	Subdomínio	PROPOSTAS	
		Nº	Descrição
Cooperação interinstitucional	Criação de plataformas / redes	1	<p>Criar plataformas regionais para a empregabilidade que atuem na educação para o empreendedorismo e para a inovação e tecnologia desde as idades mais precoces, visando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Estimular a literacia digital, a criatividade e os processos de iniciativa e tomada de decisão;</li> <li>– Articular oferta de formação /qualificação;</li> <li>– Gerir oferta e procura de emprego;</li> <li>– Divulgar oportunidades de negócio;</li> <li>– Divulgar mercados de interesse para os produtos da região;</li> <li>– Criação de células “vivas” nas comunidades rurais.</li> </ul>
		2	<p>Criar redes territoriais para a qualificação e o emprego ao nível de NUTSIII, com participação de Autarquias/CIM, IEFP, entidades formadoras, empresas, associações empresariais, Universidades e Institutos Politécnicos, com o objetivo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Organizar respostas formativas à medida de necessidades atuais e futuras;</li> <li>– Mobilizar e partilhar as competências e os recursos de todas as entidades envolvidas: humanos (formadores/professores), técnicos/tecnológicos (equipamentos e espaços formativos) e financeiros;</li> <li>– Garantir capacidade efetiva de resposta que torne atrativa a possibilidade de investimento e criação de emprego nos territórios vulneráveis.</li> </ul>
		3	<p>*Criar um sistema de incentivos à deslocação /mobilidade de formandos/trabalhadores no “Interior” / Territórios de Baixa Densidade (TBD):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Majoração das bolsas de formação para quem queira frequentar ações de formação em TBD;</li> <li>– Majoração dos estágios profissionais para quem se desloque de uma cidade para um TBD;</li> <li>– Atribuição de um subsídio de residência pelo período de 1 ano para os trabalhadores que se desloquem para TBD (por exemplo, uma % sobre a renda da casa).</li> </ul>
		4	<p>Medidas a articular com propostas do Eixo 6.</p> <p>Disseminar metodologias inovadoras de redes para a empregabilidade (por exemplo, a Rede para a Empregabilidade Barreiro/Moita) que possam ser uma referência para os territórios de Interior.</p>

Cooperação interinstitucional	Criação de plataformas / redes	5	Divulgar e reproduzir os exemplos de empresas e negócios sustentáveis de sucesso com maiores taxas de empregabilidade, por volume de negócios e por subsídio atribuído (por exemplo, na agricultura).
	Diálogo colaborativo	6	*Reforçar a colaboração entre as associações representativas das entidades empregadoras do setor lucrativo e do terceiro setor, promovendo o espírito de colaboração entre empresários/pares/setores de atividade.  Esta proposta aplica-se também à proposta 10 do Eixo 8 na componente de cooperação transfronteiriça.
		7	Promover um programa com escolas básicas em que os alunos concebam e coloquem anúncios de emprego nos diversos espaços comerciais ou públicos - cafés, lojas de comércio tradicional e outros. Objetivo: dar uma melhor perceção aos jovens do que é o panorama do (des)emprego, ao mesmo tempo que ajudam a população sem acesso à Internet a ter conhecimento de oportunidades de emprego publicadas em diversas páginas de oferta de emprego.
Emprego / Desemprego	Reformulação das políticas de emprego	8	Descentralizar a aplicação das medidas de emprego e diferenciar as medidas de combate ao desemprego em zonas rurais de baixa densidade das que são aplicadas nas regiões de grande concentração populacional: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior envolvimento e coresponsabilização dos agentes locais na implementação de medidas;</li> <li>- Ajustamento das medidas de apoio ao emprego e de combate ao desemprego ao carácter sazonal das atividades agrícola e turística;</li> <li>- Majoração nos apoios e incentivos à contratação por empresas do Interior;</li> <li>- Flexibilização das medidas de apoio à criação do próprio emprego promovidas pelo IEFP e majoração dos apoios financeiros.</li> </ul>
		9	Simplificar o processo de admissão de jovens estagiários e de acesso ao 1º emprego no IEFP.
		10	Rever a legislação que determina que quem desenvolve trabalho voluntário e assume responsabilidades de direção em associações sem fins lucrativos não tem direito a subsídio de desemprego.
		11	Apoiar cooperativas de mão-de-obra disponível, que permitam o recrutamento direto conforme as diversas necessidades do território.

Cooperação interinstitucional	Empreendedorismo	<p>12 Rever os apoios ao desenvolvimento de viveiros de empresas, às atividades por conta própria, às microempresas e à criação de empresas nos diversos domínios, discriminando positivamente os territórios do Interior, visando a criação do próprio emprego por jovens empreendedores, incluindo micro e PME inovadoras.</p> <p>13 Criar um programa específico de incentivo ao empreendedorismo feminino nos territórios do Interior.</p>
	Adequação da oferta de ensino e formação	<p>Descentralizar as políticas educativas e adequar o ensino e a formação profissional às necessidades dos territórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Diversificação das áreas curriculares das escolas de acordo com as especificidades de cada território (reinventando, por exemplo, antigas profissões), promovendo a autoestima e o afeto territorial;</li> <li>14 – Reformulação da oferta do ensino profissional, adequando-a às necessidades de procura do mercado de trabalho (identificação por parte das empresas das principais lacunas em termos de recursos humanos e criação de parcerias com Centros de Formação);</li> <li>– Adequação dos regulamentos de aplicação das medidas de formação profissional às características do desemprego existente no Interior (por exemplo, o número mínimo de alunos por ação/turma está desajustado da realidade dos territórios de baixa densidade, devendo ser menor de modo a possibilitar a abertura de novos cursos em novas áreas).</li> </ul>
Ensino e Formação Profissional	Administração pública	<p>15 Criar Programas de Estágios (IEFP) da Administração Pública no Interior, bem como outros programas do INA, tendo como foco as necessidades dos territórios do Interior.</p>

## EIXO 3 – INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTO APLICADO ENTRE OS CENTROS DE I&DT E AS COMUNIDADES RURAIS

Domínio de Intervenção	Subdomínio	PROPOSTAS	
		Nº	Descrição
Investigação aplicada	Instituições	1	Localizar Centros de Conhecimento nos territórios rurais, ou reforçar os existentes, de modo a dotar estes territórios de capacidade de investigação e inovação. As Universidades e os Institutos Politécnicos devem considerar o território como laboratórios, participando no desenvolvimento científico dos produtos e em estudos de colocação dos produtos nos mercados. A ligação dos agentes locais aos Centros de Conhecimento contribui também para incentivar os jovens altamente qualificados a fixarem-se nas regiões do Interior.
		2	*Criar Sistemas Regionais de Inovação e Conhecimento Agrícola (Agricultural Knowledge and Innovation System – AKIS) articulados horizontal e verticalmente (multinível: territorial, regional, nacional, comunitário) e desejavelmente integrados em estratégias de cooperação transfronteiriça com os ecossistemas regionais de inovação de Espanha.  Esta proposta aplica-se também à proposta 10 do Eixo 8 na componente de cooperação transfronteiriça.
		3	Cria plataformas de excelência para a investigação florestal com impacto regional e nacional.
		4	Criar Bootcamps de I&DT nas comunidades rurais.
		5	Criar fóruns que façam a ponte entre os Centros de I&DT e as empresas, com promoção de investigação aplicada que possa reverter para a resolução dos problemas identificados pelos empresários nas suas empresas, associados a incentivos através de bolsas de investigação aplicada.
		6	Apoiar a figura de mediadores para a inovação nas empresas e organizações com atuação de proximidade, estimulando a elaboração de diagnósticos de inovação nessas empresas e organizações.

\*Propostas convergentes ou complementares de propostas de outros Eixos.

<sup>[1]</sup> [http://ec.europa.eu/research/bioeconomy/pdf/ki3211999enc\\_002.pdf](http://ec.europa.eu/research/bioeconomy/pdf/ki3211999enc_002.pdf)

<b>Investigação aplicada</b>	Instituições	7	Apoiar a criação e o desenvolvimento de estruturas de incubação de base tecnológica e de transferência e intercâmbio de conhecimento: Centros de Competências, Centros investigação/ FabLabs, Spin-in, etc.
		8	Criar unidades intermunicipais /regionais de Extensão Rural (sobretudo para apoio aos agricultores) em parceria com instituições do ensino superior e centros de I&DT.
	Domínios de investigação prioritários	9	<p>Apoiar, nomeadamente, os seguintes domínios de investigação (para além das fileiras agrícola e florestal):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Produção descentralizada de energias limpas.</li> <li>– Vigilância tecnológica nos domínios da EREI.</li> <li>– Recuperação das artes e ofícios portugueses e de produtos tradicionais, aplicando conceitos e técnicos tecnologicamente desenvolvidos e associando-os a novos paradigmas de utilização/consumo.</li> <li>– Aplicação das novas tecnologias à saúde pública, em especial à 3ª idade.</li> <li>– Capacitação dos territórios para as componentes genéticas das plantas endógenas.</li> </ul>
<b>Financiamento</b>	“Portugal 2020”	10	<p>Introduzir diferenciação territorial na regulamentação dos Programas Operacionais Temáticos (COMPETE 2020, PDR 2020), ao nível, nomeadamente, do acesso ao financiamento, das taxas de cofinanciamento e das condições de reembolso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Revisão dos critérios de submissão de candidaturas conjuntas de empresas e entidades do Sistema de I&amp;DT e Inovação nos projetos em copromoção, dado que em algumas regiões não existem empresas com capacidade para desenvolver projetos de investimento em determinados domínios ou em grandes projetos, nem com interesse em participar nesse tipo de candidaturas porque encontram melhores condições de financiamento junto do sistema bancário;</li> <li>– Revisão das taxas de cofinanciamento em territórios e sectores vulneráveis, de modo a tornarem-se mais atrativas para as entidades do Sistema de I&amp;DT. Exemplo: prever taxa de majoração para uma entidade do Sistema de I&amp;DT localizada numa região com problemas graves de despovoamento, interioridade e subdesenvolvimento empresarial em relação a entidades localizadas em áreas mais favoráveis.</li> <li>– Revisão das condições de reembolso (PO Temáticos e PDR2020) a empresas sedeadas em contextos mais vulneráveis, beneficiando de condições mais favoráveis.</li> </ul>

<b>Financiamento</b>	"Portugal 2020"	11	Criar uma medida específica no âmbito do Portugal 2020 que vise estimular a criação de parcerias dos Centros de I&DT com as comunidades locais de forma direta e de modo a responder aos problemas sociais existentes nestes territórios.
		12	Apoiar a criação de Centros de Valorização da Paisagem Rural, criando espaços em que fosse possível experimentar, valorizar, estudar, visitar, replicar, formar e estagiar, tendo por base a valorização dos recursos endógenos.
		13	Criar uma medida de financiamento específico para as Associações de Desenvolvimento Local (ADL), que permita a criação de 'academias regionais'. A atual formatação de acesso a fundos estruturais dificulta a elegibilidade de projetos com uma forte componente de ciências sociais.
		14	Criar uma linha de financiamento para candidaturas a projetos de investigação aplicada lideradas por um ou mais Institutos Superiores Politécnicos (ISP) envolvendo entidades/empresas/centros de investigação locais e com financiamento dos Programas Operacionais Regionais, sem prejuízo do envolvimento, como parceiros, de universidades e/ou centros de investigação localizados na mesma região ou noutras regiões, com quotas de financiamento diferenciadas de acordo com os indicadores de desenvolvimento socioeconómico das NUTS II ou NUTS III onde se localizam as instituições promotoras.
	Outro financiamento	15	Desenvolver soluções ou mecanismos inovadores de financiamento ético para produção de novas tecnologias ou produtos inovadores "limpos" através de parcerias entre financiadores/Centros de I&DT/empresários.
		16	Criar soluções de financiamento para experimentação de planos de negócio oriundos de Centros de I&DT que aplicam os resultados da sua investigação na criação de projetos inovadores a instalar no Interior.
<b>Sistema de Ensino</b>	Ensino Superior	17	<p>Reforço da participação da comunidade externa nos processos de definição da oferta formativa, das áreas e projetos de investigação e dos domínios de prestação de serviços das Instituições de Ensino Superior Politécnico do Interior, através do estabelecimento de laços de cooperação e de trabalho conjunto com todos os atores (públicos e privados) da região relevantes para a dinamização das comunidades rurais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Reformulação da oferta educativa, adequando-a ao tecido económico local;</li> <li>– Integração do mundo real empresarial e profissional no espaço da sala de aula, através de workshops temáticos, seminários e colaboração na lecionação de unidades curriculares;</li> <li>– Projetos de investigação e candidaturas conjuntas;</li> <li>– Prestação de serviços adequados às necessidades das empresas.</li> </ul>

Financiamento	Ensino Superior	18	Criar Universidades de Verão no Interior orientadas para as necessidades, os interesses e as prioridades das comunidades rurais, sobretudo em domínios inovadores.
		19	Premiar as Universidades/Faculdades localizadas nas áreas mais desenvolvidas do país que definam como meta que pelo menos 10% dos seus finalistas têm de efetuar estágios em entidades localizadas em áreas rurais do Interior e que 10% das dissertações de mestrado/teses de doutoramento tenham como objeto de estudo temas relevantes para as comunidades rurais do Interior.
	Outras estruturas de ensino	20	Recriar a “área escola” como projeto nos currículos escolares, promovendo a cidadania ativa rural.
		21	Promover centros não-formais de educação rural, ou uma forma de "Universidade do Campo", onde os próprios habitantes da região sejam professores e alunos.
		22	Estimular a criação de Grupos Prospetivos Regionais nos Institutos Politécnicos e/ou nas Comunidades Intermunicipais (CIM), visando influenciar as políticas públicas relevantes para o futuro das comunidades rurais e para a sua ligação com áreas urbanas e com o mundo global.

## EIXO 4 – VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DOS PRODUTOS REGIONAIS

Domínio de Intervenção	Subdomínio	PROPOSTAS	
		Nº	Descrição
Produção	Contextos de produção de âmbito geral	1	<p>*Apoiar a agricultura familiar no desenvolvimento de negócios inovadores e economicamente sustentáveis, através da simplificação de procedimentos e atos administrativos, em particular nos processos de faturação dos agricultores com pequenos negócios, e como tal isentos de IVA.</p> <p>Esta proposta é convergente com outras nos Eixos 1 (proposta 22) e 6 (proposta nº 5), que visam igualmente o apoio à agricultura familiar.</p>
		2	<p>Alterar a legislação sobre licenciamento de atividades económicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Remoção de obstáculos legais ao produtor familiar e às microempresas locais;</li> <li>– Viabilização da produção de produtos de qualidade em pequenas unidades de transformação, de acordo com o princípio da proporcionalidade.</li> </ul>
		3	<p>*Criar incentivos para micro projetos (até 50.000,00€) com identidade rural, com mecanismos de acesso simplificados e sem exigirem estudos de viabilidade económica e financeira.</p> <p>Esta proposta articula-se com a proposta nº 12 do Eixo 1, fazendo sentido que integre o sistema de incentivos SIII a criar para o Interior.</p>
		4	<p>*Adequar a política fiscal à especificidade da produção de pequena escala:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Redução do IVA aplicado a produtos regionais de pequenos produtores.</li> </ul> <p>Esta proposta é complementar da proposta nº 13 do Eixo 1, que propõe uma “fiscalidade amiga” do Interior.</p>

<b>Produção</b>	Contextos de produção de âmbito geral	5	Promover campanhas de informação relativamente a práticas culturais ambientalmente mais adequadas e com recurso a um uso mais informado, por exemplo, de fitofármacos. A produção «caseira» nem sempre corresponde a produção de qualidade e de confiança, dada a desinformação relativa ao uso de adubos e pesticidas que ainda existe na população.
	Organização dos produtores	6	Incentivar e reforçar a organização coletiva da produção/produtores em torno dos recursos endógenos, facilitando os processos de organização, promovendo a partilha de recursos, incluindo equipamento, e a melhoria do conhecimento/informação junto dos consumidores, a definição de estratégias de produção e de entrada no mercado dos seus produtos em conjunto: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Apoio à constituição de unidades coletivas de transformação de produtos regionais;</li> <li>– Valorização do papel das Associações de Produtores na internacionalização de produtos regionais (incluindo a requalificação e/ou criação de Cooperativas ou Agrupamentos de Produtores de 2º e 3º Grau, ou seja, Uniões ou Federações destas entidades associativas).</li> </ul>
		7	Regulamentar de forma clara as competências dos Agrupamentos de Produtores no que se refere à delegação de competências em matéria de controlo oficial em organismos privados, de revisão dos planos de controlo, de indigitação dos OC e de substituição ou de manutenção dos Organismos de Certificação.
		8	Rever a Portaria nº 169/2015, de 4 de Junho, que estabelece as regras nacionais complementares de reconhecimento de organizações de produtores e respetivas associações no que se refere às quantidades exigidas em termos de número de produtores associados e de quantidades comercializadas, ajustando-as às realidades prevaletentes nos territórios do Interior.
		9	Rever novo código cooperativo, de modo a que as cooperativas possam qualificar como agrupamentos de produtores.
	Certificação	10	Rever os sistemas de certificação de qualidade públicos dos produtos regionais: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Regulação mais efetiva por parte do Estado, impedindo, por exemplo, a apropriação privada de marcas por parte de empresas ou indivíduos quando as mesmas deveriam ser geridas por associações de produtores;</li> <li>– Reestruturação do sistema de pedidos de proteção de IGs e de DOs.</li> </ul>

<b>Produção</b>	Certificação	<p>Rever ou criar regulamentação nacional no sector agroalimentar, visando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Operacionalização eficaz do Regulamento (UE) 1151/2012, relativo aos regimes de qualidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, e do Regulamento (CE) 110/2008, relativo à definição, designação, apresentação, rotulagem e proteção das indicações geográficas das bebidas espirituosas e das suas disposições complementares;</li> <li>– Evitar situações de conflito com o Decreto-Lei 36/2003 (CPI);</li> <li>– Evitar que as ‘marcas brancas’ se apoderem de saberes-fazer específicos (enchidos, queijos, azeite, etc.), penalizando as DOP.</li> </ul>
		<p>Eliminar contradições e incertezas da legislação nacional em matéria de qualificação de produtos não alimentares:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Alargar o universo de referência, abrangendo produções “artesaniais” (bordados, rendas, tecelagem, olaria, trabalhos em madeira, couro, tecidos, cortiça, vidro, ferro, cobre, etc.) mas também indústrias extrativas e transformadoras ligadas ao mármore, granito, xisto, etc.;</li> <li>– Evitar que as disposições do Código da Propriedade Industrial (DL 143/2008) sejam postas em causa pelo DL 122/2015, que contém disposições contraditórias e que minimizam a proteção dos nomes geográficos dos produtos, confiando aos organismos de “certificação” a gestão e autorização de uso dos mesmos nomes geográficos (à semelhança do sistema americano de marcas de certificação), em oposição às recomendações do Parlamento Europeu à Comissão Europeia sobre regulamentação de Proteção das Indicações Geográficas para produtos não alimentares em moldes similares ao que já existe para os produtos agrícolas, agroalimentares, vinhos e bebidas espirituosas.</li> </ul>
		<p>Criar regulamentação nacional relativa ao uso do qualificativo “produto de montanha” e, ainda, à definição clara dos qualificativos “produto tradicional”, “produto regional” e “produto local”:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– A regulamentação sobre o uso da menção “produto tradicional” (Despacho Normativo nº 9/2015) abrange apenas produtos transformados;</li> <li>– Não estão previstas penalizações para quem use esse qualificativo sem estar devidamente reconhecido;</li> <li>– Há necessidade de mecanismos de reconhecimento de qualidade para produtos associados à identidade territorial, eventualmente com pequena escala de produção e com poucos produtores, mas com uma importância significativa à escala local.</li> </ul>

<b>Produção</b>	Certificação	14	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Implementar mecanismos de certificação trust based, reconhecidos internacionalmente (slow food, PGS) ou de um sistema Fair Trade, aplicado às relações Norte-Sul dentro do Espaço Europeu.</li> </ul>
<b>Comercialização e Promoção</b>	Estruturação da oferta numa ótica turística	15	<p>Reorganizar os recursos e produtos locais/regionais numa lógica de oferta turística:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Desenvolvimento e promoção de novos produtos turísticos que integrem recursos naturais /paisagísticos e gastronómicos, com ênfase nos produtos locais de qualidade (pão, azeite, vinho, enchidos, doçaria regional): levar os turistas aos produtos e não o oposto;</li> <li>– Criação de percursos pedestres que integrem os locais de produção de produtos regionais e artesanais / abrir as unidades de produção de produtos regionais aos visitantes, fazendo coincidir a produção, promoção e comercialização;</li> <li>– Articulação da oferta de produtos certificados com outras atividades locais, nomeadamente através da promoção do consumo de produtos DOP/IGP em restaurantes;</li> <li>– Articulação do turismo com dinâmicas culturais e propostas de comunicação inovadoras.</li> </ul>
<b>Comercialização e Promoção</b>	Circuitos comerciais	16	<p>Rever a Medida 10 – LEADER, PDR 2020 – de modo a garantir a articulação das ações de valorização e certificação dos produtos de qualidade e os circuitos curtos comerciais com a futura Portaria e prever uma taxa de cofinanciamento (50%) nesta Medida.</p> <p>Rever a legislação nacional (CCP) e a transposição das Diretivas Comunitárias sobre Contratação Pública, de modo a garantir que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– A produção local seja um critério de seleção-padrão nos concursos públicos (artigo 26º da Diretiva 2004/18/CE) para fornecimento de alimentos, por exemplo, a escolas, lares de idosos/centros de dia e entidades públicas à semelhança de outros países (como acontece, por exemplo em Itália);</li> <li>– Sejam considerados, nos cadernos de encargos, os domínios ambiental, social e de inovação (artigo 18º, 2.º da Diretiva 2014/24) e a possibilidade de utilização de metodologias de avaliação do custo de ciclo de vida (life-cycle costing), particularmente apta para promover compras públicas ambientalmente adequadas.</li> </ul>

Comercialização e Promoção	Circuitos comerciais	18	<p>Valorizar os circuitos curtos agroalimentares e a economia de proximidade, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Criação de incentivos, tais como: sorteio de prémios para quem compra no comércio local; criação de sistemas de Barter/ troca de produtos e serviços entre empresas; criação de moedas sociais e/ou sistemas de pontos para a promoção da economia local;</li> <li>– Criação de campanhas/estímulos para que as autarquias e outras entidades locais (IPSS, lares, escolas) consumam e promovam os produtos regionais/locais, nomeadamente através da sua utilização nas cantinas públicas, nos restaurantes, nos alojamentos e noutras organizações;</li> <li>– Criação de redes de apoio e partilha de experiências para a implementação da legislação que obriga que as cozinhas escolares comprem produtos agrícolas locais.</li> </ul>
		19	<p>*Melhorar as condições de venda direta produtor/consumidor, nomeadamente através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Criação de uma medida de apoio à comercialização direta de produtos locais registados;</li> <li>– Criação de Plataformas de Economia de Proximidade, a nível dos municípios e/ou das Câmaras de Comércio, para mais fácil identificação e localização dos agentes disponíveis na região;</li> <li>– Promoção de soluções baseadas em relações de cidadania entre produtores e consumidores, como Cabaz da Horta e Cabaz do Mar, PROVE, AMAP, grupos de consumo local, etc.</li> </ul> <p>Complementa a proposta nº 9 do Eixo 5.</p>
		20	<p>Limitar a comercialização de marcas brancas pelas grandes superfícies a 10% - 15% do volume de vendas dos respetivos setores, garantir uma % mínima do valor final dos produtos ao agricultor (vs. parte relativa aos intermediários e às grandes superfícies) e criar a obrigatoriedade de espaços específicos para venda de produtos regionais nos locais de grande consumo (centros comerciais/ grandes superfícies).</p>
	Promoção	21	<p>Incentivar os emigrantes portugueses a promoverem os produtos regionais nacionais nos países de residência (Emigrantes Embaixadores).</p> <p>*Realizar ações de sensibilização/capacitação para a promoção de uma cultura de consumo dos produtos locais, incluindo campanhas nos media para sensibilizar os organizadores de eventos (festas, conferências, etc.) para a utilização de produtos locais e regionais.</p> <p>Complementa a proposta nº 16 do Eixo 5 e nº 20 do Eixo 6.</p>

## EIXO 5 – AS PARCERIAS URBANO-RURAIS

Domínio de Intervenção	Subdomínio	PROPOSTAS	
		Nº	Descrição
Rede Urbana	Cidades médias	1	Desenvolver e consolidar Polos de Excelência Urbanos em cidades do Interior que detêm condições para assumir um papel relevante na mobilização dos territórios envolventes em domínios intensivos em conhecimento, como a formação, o ensino tecnológico e superior, os laboratórios de inovação e competências empresariais.
Mobilidade	Acessibilidades	2	Suspender o pagamento de portagens nas autoestradas do Interior nos itinerários que asseguram a ligação aos centros populacionais de maior dimensão mais próximos.
	Transportes	3	Promover modos de transporte sustentáveis e desenvolver redes de transportes público-privados que garantam uma melhor mobilidade entre áreas rurais e aglomerações urbanas.
	Percurso de lazer	4	Criar percursos pedestres em que os aglomerados urbanos sirvam como centros nevrálgicos dos percursos e locais obrigatórios de partida e chegada, permitindo uma "viagem" pelo território rural, dinamizando a restauração, o comércio e o alojamento e promovendo a ligação campo - aldeia - cidade pequena - cidade grande.
Prestação de serviços	Serviços itinerantes	5	*Promover a itinerância de serviços públicos (autocaravanas polivalentes), de modo a facilitar o acesso das populações rurais a serviços sediados nos centros urbanos. Complementa proposta nº 39 do Eixo 1.
	Equipamentos em rede	6	Promover formas de funcionamento em rede entre equipamentos sociais (saúde, educação, etc.) e culturais localizados em áreas urbanas e rurais, explorando as potencialidades das TIC (teleserviços), complementaridades funcionais e sinergias (recursos, programação conjunta, etc.).
	Plataformas colaborativas	7	Desenvolver plataformas colaborativas centradas na Juntas de Freguesia que permitam que as necessidades das populações rurais, sobretudo idosas, através do envio gratuito de um sms para a plataforma, possam encontrar uma resposta e ser satisfeitas por pessoas, nomeadamente jovens, que habitem sobretudo em áreas urbanas.

<b>Prestação de serviços</b>	ADLs em rede	<p>8 Reforçar o trabalho em rede das Associações de Desenvolvimento Local localizadas em áreas urbanas e rurais, de modo a promover uma maior troca de serviços entre populações e empresas de ambos os tipos de territórios.</p>
<b>Articulação produção-consumo</b>	Cooperativas urbano-rurais	<p>*Complementar projetos de ligação produção-consumo e de circuitos de venda direta das produções dos territórios rurais em espaços urbanos com a existência de cooperativas de natureza urbano-rural, tanto temáticas (por exemplo, consumo de produtos locais) como de fins múltiplos.</p> <p>9 Neste contexto, averiguar as potencialidades das SCIC – “Sociétés Coopératives d'Intérêt Collectif” existentes em França, que permitem a inclusão de entidades públicas como membros, e analisar as implicações da adoção desta figura no Código Cooperativo em vigor.</p> <p>Complementa a proposta nº 19 do Eixo 4.</p>
<b>Ensino, Formação, Informação</b>	Conteúdos e práticas escolares	<p>*Introduzir uma visão relacional rural-urbano nos diferentes níveis do ensino, sobretudo no básico, com o objetivo de combater visões dicotómicas, reciprocamente preconceituosas e assimétricas e desfavor das áreas e das populações rurais, através de perspetivas pedagógicas que ilustrem o modo como o fortalecimento de interações equilibradas urbano-rural beneficiam as populações de ambos os tipos de territórios.</p> <p>10 Complementa proposta nº 32 do Eixo 1.</p> <p>11 Integrar nos currícula escolares visitas de estudo das escolas urbanas/entidades do ensino superior aos territórios rurais, a realizar em articulação com Câmaras Municipais, Associações de Desenvolvimento Local e outras organizações locais (apoio logístico local: disponibilização de espaços, transportes, etc.).</p> <p>12 Criar programas de formação rural-urbana, com componentes a decorrer em meio urbano e em meio rural.</p>

\* “Une société coopérative d'intérêt collectif (Scic) est une coopérative de production régie par le Titre II ter de la Loi 47-1775. Son sociétariat doit être obligatoirement multiple (multistakeholders en anglais). C'est une société anonyme (SA), une société par actions simplifiée (SAS) ou une société à responsabilité limitée (SARL) qui associe obligatoirement autour d'un projet des acteurs salariés, des acteurs bénéficiaires (clients, usagers, riverains, fournisseurs, ...) et des contributeurs (associations, collectivités, sociétés, bénévoles, etc.) pour produire des biens ou des services d'intérêt collectif au profit d'un territoire ou d'une filière d'activités”. Fonte: Wikipedia.

<b>Ensino, Formação, Informação</b>	Cooperação e mobilidade	13	Promover a realização de projetos conjuntos de escolas localizadas em áreas rurais e áreas urbanas.
		14	Criar um sistema de intercâmbio de alunos entre meios urbanos e rurais (estilo Erasmus).
		15	Desenvolver projetos de voluntariado em comunidades rurais para jovens universitários dos grandes centros urbanos.
	Informação	16	<p>*Desenvolver uma campanha nacional nos media de valorização das vantagens recíprocas, isto é, tanto para as populações rurais como para as urbanas, decorrentes do reforço da interação e do estabelecimento de parcerias urbano-rurais.</p> <p>Complementa propostas do Eixo 4 (nº 24) e do Eixo 6 (nº 16).</p>
<b>Projetos integradores</b>	"Portugal 2020"	17	Articular intervenções dos DLBC Urbanos e dos DLBC Rurais, com o objetivo de maximizar os recursos financeiros e a complementaridade das intervenções.
		18	Criar, no contexto dos PO Regionais, uma medida de apoio a projetos assentes na valorização das relações entre áreas rurais e áreas urbanas, sobretudo nos domínios da mobilidade, do acesso a serviços sociais (ensino, saúde) e da cultura (criação e programação artística, por exemplo).
	Investigação	19	<p>Desenvolver projetos de investigação no âmbito da articulação rural-urbana, designadamente sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Serviços ecossistémicos prestados pelas áreas rurais (amenidades climáticas, regularização do ciclo da água, etc.) e sua valorização económica;</li> <li>– Identificação das espécies e tradições existentes a nível local e seu potencial farmacológico e nutricional;</li> <li>– Aplicação de produtos florestais a usos inovadores (por exemplo, exploração de cortiça para a indústria aeronáutica).</li> </ul>

## EIXO 6 – INCENTIVO À ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE JOVENS

Domínio de Intervenção	Subdomínio	PROPOSTAS	
		Nº	Descrição
Demografia	Promoção da natalidade	1	Reforçar as políticas locais de apoio à natalidade e de atração de casais jovens.
Acolhimento	Estratégias de atração/ acolhimento	2	<p>Promover soluções de acolhimento integrado de população que decida fixar-se nos territórios do Interior, contemplando várias dimensões em simultâneo (habitação, emprego, mobilidade, custos de contexto, educação, saúde, cultura, etc.), tendo em conta a diversidade de segmentos a atrair (jovens, jovens casais, jovens empreendedores, jovens estrangeiros, etc.).</p> <p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Criação de pacotes para novos agricultores rurais, incluindo o “acesso a terras + plano de negócios chave na mão”;</li> <li>– Articulação residência / empreendedorismo, através do aluguer a preços acessíveis de casas recuperadas e apoio para desenvolvimento de negócios e/ou projetos;</li> <li>– Criação de “ecossistemas de acolhimento” (aproveitamento de infraestruturas existentes), no sentido de aumentar o agenciamento de novos empreendedores.</li> </ul>
	Informação / tutoria	3	Criar uma Plataforma on line nacional que agregue toda a informação relevante (recursos, apoios, entidades anfitriãs, oportunidades, cursos, voluntariado, etc.) para a atração/retenção de jovens no Interior, articulada com sistemas locais de apadrinhamento, acolhimento e tutoria de jovens, em particular de jovens investidores.
Incentivos e apoios	Famílias	4	<p>Criar Benefícios para as Famílias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Redução do IRS e outros incentivos fiscais;</li> <li>– Bonificação adicional do abono de família;</li> <li>– Majoração de salários para algumas profissões em entidades públicas;</li> <li>– Incentivos financeiros, isenção de algumas taxas e licenciamentos simplificados (por exemplo, para aquisição e reabilitação de imóveis nos centros históricos).</li> </ul>

Incentivos e apoios	Jovens agricultores	5	<p>Criar um sistema de apoio à instalação de novos produtores de agricultura familiar que garantam determinados requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Valorização das relações de proximidade (circuitos curtos);</li> <li>– Estabelecimento de sinergias e parcerias locais/regionais, nomeadamente no âmbito de redes investigação/inovação;</li> <li>– Impacto positivo nos ecossistemas (nomeadamente nos solos, na água e na biodiversidade).</li> </ul>
	Criação de micro e PME por jovens	6	<p>*Criar medidas de incentivo (eventualmente temporário) à criação de micro e PME industriais e comerciais (e.g. restauração), sobretudo em territórios ultraperiféricos, como as áreas de montanha, com aldeias de reduzida dimensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Redução da taxa de IVA;</li> <li>– Criação de mini-zonas-francas temporárias em aldeias de muito pequena dimensão;</li> <li>– Majoração de candidaturas a investimentos e benefícios fiscais durante os primeiros 3 anos de instalação.</li> </ul> <p>Esta proposta é convergente com outras dos Eixos 1 e 4.</p>
Habitação	Arrendamento	7	<p>Desenvolver um pacote “jovens/revitalização do mercado de arrendamento/reabilitação” que promova a atração e retenção de jovens nos centros históricos das cidades e nas áreas rurais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Criação de bolsas de habitação para arrendamento por jovens, garantindo habitação a baixo custo a partir da valorização de habitações devolutas e da reabilitação de património degradado ou abandonado, envolvendo municípios, CIM e proprietários, recorrendo, quando necessário, à expropriação dos imóveis.</li> </ul>
		8	Promover oportunidades de alojamento a baixo custo em troca de serviços sociais (exemplo: alojamento de estudantes em troca de companhia a idosos);
	Habitação própria	9	Facilitar o acesso dos jovens a habitação própria no âmbito do Programa “Aldeias Lar”, que deverá envolver aldeias e vilas que se especializem no terceiro sector e no cuidado de idosos nacionais e estrangeiros, combinando as óticas do Turismo e da Saúde.

<b>Habitação</b>	Habitação própria	10	Enquadrar legalmente a figura de construção ecológica (admitindo a existência de uma tipologia de diferentes situações), isentar de licença camarária a construção de habitação ecológica para jovens e rever as condicionantes desse tipo de construção, ou de alguns dos seus tipos, em áreas de reserva ecológica nacional (REN) e de reserva agrícola nacional (RAN) nos casos em que essas edificações correspondam à habitação principal de produtores de agricultura familiar.
<b>Serviços</b>	Serviços de Interesse Geral mínimos	11	Estudar a definição de redes e estruturas mínimas de serviços de interesse geral (educação, saúde, transportes, redes viárias e de comunicações e justiça) como condição necessária para atrair e reter população jovem, enquanto residentes e empreendedores, em territórios de baixa densidade e em aglomerados com diferentes dimensões demográficas.
	Infraestruturas inovadoras	12	Criar o programa Aldeias 4G Sustentáveis: dotar 100 aldeias de autonomia energética (eólica ou fotovoltaica) e de telecomunicações eficientes (rede de banda larga e rede de fibra ótica), como forma indireta de promover novas oportunidades para a população jovem em termos de qualidade de vida e de criação de iniciativas inovadoras.
<b>Mobilidade</b>	Transporte a pedido	13	Tornar a rede de transportes coletivos em territórios rurais mais flexível, por exemplo através de táxis coletivos e do transporte à chamada.
<b>Emprego e Empreendedorismo</b>	Estágios	14	Identificar potencialidades para estágios no Interior e criar um Programa Integrado de Estágios de Jovens (17-25 anos).
	Emprego e condições de trabalho	15	Determinar a colocação de professores por um período mínimo de anos (a definir) nas escolas do Interior.
		16	Promover a deslocalização de serviços públicos da administração central não desconcentrada.
		17	Diversificar o horário laboral e fomentar o teletrabalho.
Empreendedorismo	18	Promover o Empreendedorismo de Base Local, criando uma bolsa de ideias para novos negócios, incentivando a inovação e a criação de serviços de proximidade nas aldeias e pequenas povoações.	

Marketing	Comunicação externa	19	<p>*Desenvolver ações de marketing territorial dos territórios do Interior, valorizando a identidade e os saberes e produções locais. Para além do aumento de visibilidade externa, favorável à atração de jovens, a recolha etnográfica e a divulgação junto dos grupos etários mais jovens permitem o reforço de uma identidade cultural que pode contribuir para a sua retenção neste tipo de territórios.</p> <p>Esta proposta é convergente com as propostas nº 22 do Eixo 4 e nº 16 do Eixo 5.</p>
	Comunicação interna	20	<p>*Preparar folhetos de divulgação com casos existentes e que poderão servir de bons exemplos para a promoção dos territórios pela filosofia que lhes está adjacente (exemplo: rede de Città Slow, rede de pequenas cidades/municípios com menos de 50 000 habitantes ou Movimento de Slow Food, todos visando a divulgação dos territórios em que a qualidade de vida é defendida com base nos valores histórico-culturais, paisagísticos, ambientais, gastronómicos e produtos típicos de cada região e integrando redes internacionais.</p> <p>Esta proposta é convergente com as propostas nº 24 do Eixo 4 e nº 16 do Eixo 5.</p>
Conhecimento	Avaliação de políticas públicas	21	<p>Efetuar o estudo sistemático e comparado de programas, medidas e iniciativas (nacionais, regionais e locais) destinadas a atrair e reter jovens em áreas do Interior/territórios de baixa densidade, avaliando os seus resultados numa ótica de custo-eficiência e identificando as condições imateriais que propiciam lideranças protagonizadas por jovens locais.</p>

## EIXO 7 – A INTENSIFICAÇÃO DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Domínio de Intervenção	Subdomínio	PROPOSTAS	
		Nº	Descrição
Serviços e cidadania	Cooperação institucional	1	Definir formas de associação entre municípios de ambos os lados da fronteira com uma significativa integração funcional por parte das comunidades locais e das empresas, criando um “simplex” local do ponto de vista de alguns aspetos relacionados com fiscalidade, descontos para a Segurança Social, etc., à imagem do que sucede em algumas áreas do centro da União Europeia (ver exemplo concreto em funcionamento: <a href="http://www.quattropole.org/fr/info">http://www.quattropole.org/fr/info</a> ).
		2	Promover a complementaridade funcional entre os centros urbanos (e regiões envolventes) de ambos os lados da fronteira, de forma a criar novas centralidades: regiões urbanas funcionais polinucleadas, ‘eurocidades’, etc.: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Partilha de procuras por parte de pessoas e de organizações;</li> <li>– Cogestão de equipamentos de oferta de serviços coletivos (saúde, educação, cultura, resíduos sólidos e urbanos, ordenamento do território, investigação, etc.).</li> </ul>
		3	Articular melhor os serviços públicos nacionais de ensino e de saúde na ótica quer do utilizador que dos prestadores dos serviços.
	Integração sociocultural	4	Estimular a interação cultural e social entre comunidades através da organização conjunta de eventos e projetos transfronteiriços de valorização do património material e imaterial, orientados para o reforço das identidades transfronteiriças e para a promoção dessas comunidades junto de mercados suprarregionais e mesmo internacionais (marketing territorial).
Acessibilidades	Redes	5	Melhorar as ligações rodoviárias e ferroviárias com Espanha.
	Mobilidade	6	Criar redes de transportes públicos entre Espanha e Portugal nas áreas com maior intensidade de fluxos regulares transfronteiriços (movimentos pendulares casa-trabalho; uso de equipamentos públicos; comércio e serviços).
		7	Criar percursos pedestres integrados em grandes rotas que percorrem vários países.
Ensino e Formação	Ensino	8	Criar um sistema de intercâmbio de estudantes - Erasmus transfronteiriço - para o ensino secundário.
	Formação	9	Promover iniciativas conjuntas de formação, envolvendo entidades (públicas e privadas) de ambos os lados da fronteira.
Conhecimento	Avaliação de políticas públicas	10	Efetuar uma avaliação dos impactos dos vários programas de cooperação transfronteiriça (sobretudo o INTERREG) do ponto de vista sociocultural, económico, ambiental e do conhecimento/ inovação.

## EIXO 8 – FOMENTO DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO NOS TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA

Domínio de Intervenção	Subdomínio	PROPOSTAS	
		Nº	Descrição
Emprego	Cooperação empresarial	1	*Reforçar a colaboração entre as instituições representativas das entidades empregadoras do setor lucrativo e do 3.º setor dos dois lados da fronteira, promovendo o contacto e conhecimento da realidade empresarial de ambos os lados da fronteira e estimulando a criação de emprego.  Esta proposta é coincidente com a proposta nº 5 do Eixo 2, mas aqui adota uma ótica transfronteiriça.
		2	Criar uma plataforma de “emprego transfronteiriço” que facilite o recrutamento de trabalhadores de ambos os lados da fronteira e a contratação pública transfronteiriça.
		3	Criar um programa de estágios profissionais nas empresas localizadas em territórios transfronteiriços para os jovens que concluem o ensino profissional e superior.
	Cooperação institucional	4	Identificar mercados com potencial para as regiões de fronteira e desenvolver estratégias conjuntas e/ou complementares de internacionalização para mercados mais distantes.
		5	Implementar programas de ação coletiva de valorização económica dos recursos territoriais, semelhantes à iniciativa PROVERE – cooperação de 2ª geração nas áreas de fronteira com Espanha.
		6	Reforçar os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) na vertente da empregabilidade.
	Condições de contexto	7	Promover a equiparação fiscal, do regime de IVA e do regime de não residente.
		8	Estabelecer pontes entre as estruturas de proteção social dos dois países.
Integração Transfronteiriça	Produção	9	Desenvolver cadeias curtas de comercialização transfronteiriças.
	Conhecimento	10	*Articular os Sistemas Regionais de Inovação e Conhecimento Agrícola, propostos no eixo 3, com os sistemas regionais de Espanha.  Esta proposta articula-se com a proposta nº 2 do Eixo 3, mas aqui adota uma ótica de cooperação transfronteiriça.
		Distribuição	11

## VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por referência a visão de que o “interior” não deve ser visto como um enclave, nem como um território homogéneo, as abordagens políticas capazes de responder com eficácia à diversidade das suas problemáticas, das suas especificidades e das suas características terão, por um lado, de ser pensadas a partir do diagnóstico dessas necessidades e, por outro, ter em consideração a diversidade do conhecimento local, as competências, as capacidades institucionais e os recursos existentes nesses territórios. Deste ponto de vista, o desenvolvimento está relacionado com a geografia económica e com o conjunto de aspetos sociais, culturais, económicos e institucionais de um dado território que, de forma integrada, configuram a sua marca identitária. Por conseguinte, a implementação das políticas deve ser feita a partir de abordagens integradas de base territorial que integrem múltiplos arranjos possíveis de desenvolvimento, arranjos esses que não têm de ser necessariamente coincidentes.

Partindo destas premissas e tendo também presente que o sucesso dos programas políticos depende em grande medida da capacidade de se conseguir o envolvimento ativo dos principais destinatários dessas medidas (públicos e privados), o FC&T abraçou este desafio e, através de um exercício de cidadania ativa e de participação democrática, lançou no país um processo alargado de consulta pública que envolveu um conjunto muito significativo de atores relevantes. Desse processo participado resultou o documento que aqui se apresenta e que atesta bem a vitalidade da sociedade civil e da sua capacidade de resposta a este tipo de desafios.

Com efeito, estiveram envolvidos 362 atores públicos e privados, representativos de um leque muito diversificado de sectores da sociedade, de que resultaram 166 propostas distribuídas por diferentes domínios de intervenção e que visam ser um contributo para a definição de um programa nacional de desenvolvimento inclusivo do Interior que:

- Seja parte integrante de uma estratégia nacional;
- Considere as diferentes formas de articulação funcional entre os territórios do interior e os territórios urbanos mais desenvolvidos;
- Tenha em consideração as dinâmicas e especificidades dos contextos territoriais em que as políticas se inscrevem e que estas incorporem os seus valores;
- Reconheça o papel dos atores e de modalidades particulares de cooperação/coordenação fundadas em mecanismos de negociação e compromisso relativos aos processos de tomada de decisão, e que permita, para além disso, um verdadeiro espaço de participação democrática;
- Que promova a coordenação e articulação das políticas com incidência num mesmo território como forma de obtenção de ganhos de eficácia e eficiência.

Assim, numa época de transição para uma nova economia (competitiva e colaborativa), para novos modelos de governação (integrada e multiescala) e para novos modelos de ordenamento e desenvolvimento territorial (participado), com a apresentação deste contributo o FC&T pretendeu expressar o ponto de vista de diversos quadrantes da sociedade civil, numa visão prospetiva e de resposta a um conjunto de processos e dinâmicas que pressionam o território nacional e numa abordagem de desenvolvimento endógeno e integrado.

Neste processo de reflexão, o FC&T identificou alguns aspetos estruturais para a concretização de um **Programa Nacional para a Coesão Territorial** que seja capaz de responder aos objetivos que estiveram na génese da criação da Unidade de Missão de Valorização do Interior:

- A mudança das representações dominantes e da imagem sobre o Interior;
- A governação integrada e a cooperação/participação dos cidadãos e demais atores;
- O investimento estruturado na criação de ambientes acolhedores;
- A intervenção legislativa para facilitar o desenvolvimento de base local;
- A gestão integrada dos processos de repovoamento e de imigração;
- A dinamização de programas, plataformas e projetos estruturantes de base local;
- O investimento em sistemas de transportes integrados e em plataformas de relacionamento com meios digitais de banda larga.

Para que estas intenções se possam concretizar de modo consistente e sustentável, o FC&T considera essenciais os seguintes fatores críticos de sucesso:

- Ordenamento Territorial – que preserva e valoriza os recursos existentes;
- Comunicação Aberta e a Transparência – que alimentam a confiança;
- Participação e Liderança Partilhada – que congregam e aumentam a eficiência no uso dos recursos;
- Aprendizagem Colaborativa – que promove a inovação e a adaptação constante aos novos desafios;
- Corresponsabilidade dos atores – que contribui para o desbloqueio de processos e para a geração de sinergias.

O FC&T considera que uma via para a concretização deste **Programa Nacional para a Coesão Territorial** será a do aprofundamento do diálogo e da articulação em redes multiescala e multinível focalizadas em torno de certas temáticas chave (eixos de desenvolvimento), sujeitas a processos de escrutínio e de avaliação contínua, que promovam a aprendizagem estruturada de base local e criem condições para a concretização de iniciativas de baixo custo e de elevada efetividade (apoiadas pelo realismo local e enquadradas pelo pragmatismo político, regional, nacional e comunitário).

Neste sentido, considera que a articulação interinstitucional (horizontal e vertical) é uma área de investimento fundamental, bem como a informação e a capacitação das pessoas e das organizações nos processos de concertação e de trabalho em rede, solicitando uma atenção especial dos atores das políticas nacionais e regionais para estas 3 dimensões de trabalho que devem funcionar de modo integrado e complementar. Destaca também que a crescente integração territorial urbano-rural e litoral-interior é um elemento chave do desenvolvimento do Interior.

Neste enquadramento, o FC&T manifesta a sua total disponibilidade para apoiar a **Unidade de Missão para a Valorização do Interior** na concretização do **Programa Nacional para a Coesão Territorial** em todos os processos que, baseados nos princípios apresentados, possam contribuir para o desenvolvimento territorial e o aumento da participação/cidadania das pessoas, das organizações e das comunidades.

## VII - ANEXO

### QUADRO - FÓRUNS DE LOCAIS

Distribuição geográfica dos Fóruns Locais	Coordenadores (as)	Colaboração (Membros do FC&T)	Estratégias	Datas de realização dos Fóruns	Local
“Por Trás-os-Montes e esse Douro acima” (Trás-os-Montes, Alto Douro, Alto Tâmega e parte da região do Tâmega)	Cristina Coelho	Hermínia Gonçalves e Artur Cristóvão	<p>Formato: Workshop</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Cada participante trouxe para a sessão uma ficha previamente preenchida com a identificação de propostas pragmáticas pilotáveis, escaláveis e que se traduzissem em mudanças de política.</li> <li>Na sessão as propostas foram apresentadas sob forma de pitch, seguida de análise e discussão em grupo.</li> <li>Os participantes dividiram-se em 3 grupos e preencheram uma grelha por grupo com as propostas validadas e as não consensuais.</li> <li>Apresentação em plenário dos resultados dos grupos.</li> <li>Alguns contributos foram enviados posteriormente.</li> </ol> <p>Durante o intervalo da sessão e como forma de afirmação de uma tomada de posição individual, cada participante escolheu uma proposta e registou-a numa folha A3 com o título “Eu quero ...”.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Com os participantes a exhibir os cartazes com as suas escolhas, foi tirada uma fotografia de grupo designada por “Camara do Tempo”, que tinha por objetivo ser publicada e divulgada na reportagem a realizar pela UTAD TV, visando gerar impacto na comunidade.</li> </ol> <p>Documentos em:  <a href="https://onedrive.live.com/redir?resid=2A0DD3C0CBA8374C!11692&amp;authkey=!AEdTokCJam2ldx4&amp;ithint=folder%2cpptx">https://onedrive.live.com/redir?resid=2A0DD3C0CBA8374C!11692&amp;authkey=!AEdTokCJam2ldx4&amp;ithint=folder%2cpptx</a>;</p> <p>Fotografias em:  <a href="https://onedrive.live.com/redir?resid=2A0DD3C0CBA8374C!11571&amp;authkey=!AL_feyLAMj6n3I4&amp;ithint=folder%2cJPG">https://onedrive.live.com/redir?resid=2A0DD3C0CBA8374C!11571&amp;authkey=!AL_feyLAMj6n3I4&amp;ithint=folder%2cJPG</a></p>	03.05.2016	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

<b>Dão Lafões</b>	Alfredo Simões	João Luís Paiva	Foram realizados dois momentos de reflexão: o primeiro para lançar à discussão o tema e o segundo, de aprofundamento da reflexão e consolidação das propostas resultantes do primeiro momento.	5.03.2016 16.04.2016	Escola Sup. de Ciência e Tecnologia Instituto Politécnico de Viseu
<b>Castro Daire</b>	Vanessa Sousa		Debate realizado com os moradores da aldeia.	22.04.2016	Teatro Montemuro
<b>Lousã (Lousã (Coimbra, Poiães, Lousã; Oliveira do Hospital)</b>	Fernanda Vaz (ACTIVAR)	Constituiu-se uma Parceria Local entre as Associações ACTIVAR, ADIBER, DUECEIRA E LOUSITÂNEA	<p>Formato: Workshop</p> <p>1. Os participantes foram organizados segundo a sua prévia manifestação de interesse em torno de 2 grandes temas.</p> <p>2. O Tema 1 distribuiu-se em 3 mesas de discussão (agregou os eixos 1,3, 4 e 5 da RCM).</p> <p>3. O tema 2 reuniu o interesse em torno de 1 mesa de trabalho (agregou os eixos 2, 6 e 5 da RCM).</p> <p>4. Cada mesa foi dinamizada por 2 facilitadores e 1 relator, competindo a estes apresentar de forma abrangente os grandes tópicos de reflexão, de acordo com os instrumentos metodológicos facultados pelo Fórum C&amp;T, os quais foram adaptados por cada grupo e apresentados em suporte powerpoint.</p> <p>Fotografias em: <a href="https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1735712863332784.1073741847.1542429179327821&amp;type=1&amp;l=17e330d2a9">https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1735712863332784.1073741847.1542429179327821&amp;type=1&amp;l=17e330d2a9</a></p>	14.04.2016	Biblioteca Municipal Comendador Montenegro (Lousã)
<b>Beira Interior (Castelo Branco, Covilhã, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão)</b>	Marco Domingues (ECGERMINAR)	Graça Rojão (COOLABORA), Graça Passos, Sara Trindade	<p>1. Grupos focais e debate em aula. Os Grupos foram organizados e dinamizados com base na procura de propostas para a UMVI. Os elementos intervenientes foram convidados a participar com base na sua experiência.</p> <p>2. Formulário online – disponível e acessível a qualquer interessado em participar. Foram realizados convites e o formulário esteve disponível no site: <a href="http://www.ecogerminal.org">www.ecogerminal.org</a></p> <p>3. Recolha presencial e redes sociais. Um grupo de jovens da licenciatura em serviço social organizou a recolha propostas através de conversas presenciais e pedidos de participação através da rede social facebook.</p> <p>4. Conversas informais. Procedeu-se à recolha de informação com base em conversas.</p>	16.03.2016 31.03.2016 4.04.2016	

<p><b>Alto Alentejo – Portalegre</b></p>	<p>Paula Reis</p>	<p>Rui Henriques e Tiago Pereira</p>	<p>Formato: Debate</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificação prévia dos atores do território a mobilizar para o debate regional, tendo em consideração os 8 da RCM n.º3/2016 e convites formais a 32, reforçados com contactos telefónicos e email a fim de se apresentarem os objetivos do debate/enquadramento.</li> <li>2. Estrutura do debate: i) apresentação do FC&amp;T; ii) enquadramento da iniciativa; iii) auscultação dos participantes numa abordagem individual e seletiva pelos eixos em debate, solicitando uma reflexão profícua em torno de medidas/instrumentos existentes e sugestões de alteração versus identificação de ideias inovadoras e exequíveis para os territórios do “interior”.</li> <li>3. A abordagem individual a cada participante foi antecedida de uma pergunta e/ou enquadramento pela coordenadora do debate, numa perspetiva de condução do debate e controle de tempo vs abordagens aos eixos e perfil de cada dos participantes.</li> </ol> <p>Formato: Workshop que obedeceu às seguintes fases:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação do FC&amp;T e enquadramento da iniciativa.</li> <li>2. Brainstorming em grupos de pares em torno dos 8 eixos da RCM n.º3/2016 – levantamento de ideias.</li> <li>3. Escolha, por votação, dos eixos a trabalhar em pequenos grupos.</li> <li>4. Constituição dos grupos de trabalho para discussão em torno dos eixos mais votados.</li> <li>5. Estruturação das ideias numa ficha construída para o efeito (registo da situação à qual o desafio/medida pretende dar resposta; como se pode ultrapassar? É uma medida que já existe e tem de ser revista?, ou é uma medida nova? Quais as condições que são necessárias para a sua implementação? Quem deve ser envolvido na resolução?).</li> </ol> <p>Nesta fase houve lugar a circulação entre grupos.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>5. Apresentação das propostas em plenário seguido de debate.</li> </ol>	<p>16.03.2016</p>	<p>BioBip – Bioenergy and Business Incubator of Portalegre – Instituto Politécnico de Portalegre</p>
<p><b>Lisboa</b></p>	<p>José Manuel Henriques</p>	<p>Susana Sousa, Úrsula Caesar, Conceição Matos, Alexandra Figueiredo, Teresa Caeiro, Margarida Rebelo</p>	<p>Formato: Debate</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificação prévia dos atores do território a mobilizar para o debate regional, tendo em consideração os 8 da RCM n.º3/2016 e convites formais a 32, reforçados com contactos telefónicos e email a fim de se apresentarem os objetivos do debate/enquadramento.</li> <li>2. Estrutura do debate: i) apresentação do FC&amp;T; ii) enquadramento da iniciativa; iii) auscultação dos participantes numa abordagem individual e seletiva pelos eixos em debate, solicitando uma reflexão profícua em torno de medidas/instrumentos existentes e sugestões de alteração versus identificação de ideias inovadoras e exequíveis para os territórios do “interior”.</li> <li>3. A abordagem individual a cada participante foi antecedida de uma pergunta e/ou enquadramento pela coordenadora do debate, numa perspetiva de condução do debate e controle de tempo vs abordagens aos eixos e perfil de cada dos participantes.</li> </ol> <p>Formato: Workshop que obedeceu às seguintes fases:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação do FC&amp;T e enquadramento da iniciativa.</li> <li>2. Brainstorming em grupos de pares em torno dos 8 eixos da RCM n.º3/2016 – levantamento de ideias.</li> <li>3. Escolha, por votação, dos eixos a trabalhar em pequenos grupos.</li> <li>4. Constituição dos grupos de trabalho para discussão em torno dos eixos mais votados.</li> <li>5. Estruturação das ideias numa ficha construída para o efeito (registo da situação à qual o desafio/medida pretende dar resposta; como se pode ultrapassar? É uma medida que já existe e tem de ser revista?, ou é uma medida nova? Quais as condições que são necessárias para a sua implementação? Quem deve ser envolvido na resolução?).</li> </ol> <p>Nesta fase houve lugar a circulação entre grupos.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>5. Apresentação das propostas em plenário seguido de debate.</li> </ol>	<p>02.04.2016</p>	<p>ISCTE-IUL</p>

<p><b>Barreiro</b></p>	<p>Augusto Sousa (RUMO, CrI)</p>	<p>Álvaro Cidrais</p>	<p>Formato: Workshop que obedeceu às seguintes fases:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação do FC&amp;T e enquadramento da iniciativa.</li> <li>2. Grupos de trabalho a quem foi solicitado que identificassem, sobre os territórios do interior, 4 atributos negativos, 4 atributos positivos e 4 problemas.</li> <li>3. Produção de um painel desenhado por cada grupo com troca de lugares.</li> <li>4. Com base numa ficha de descrição de projeto/solução, cada grupo deveria encontrar 1 a 2 soluções.</li> <li>5. Apresentação das propostas em plenário seguido debate.</li> </ol> <p>Formato: Encontro</p>	<p>08.04.2016</p>	<p>Escola Conde Ferreira</p>
<p><b>Alentejo interior</b></p>	<p>João Cordovil</p>	<p>Clara Lourenço (ADC Moura); Jorge Revez</p>	<p>1. Identificação das pessoas a convidar para o debate (enviados 28 convites com pedido de contributos).</p> <p>2. Envio de email a todos os convidados com a descrição da metodologia. Cada pessoa deveria selecionar 2 eixos da RCM para ser objeto da sua intervenção no encontro, sem prejuízo que o seu contributo para este processo pudesse envolver outras propostas. As opiniões expressas na reunião foram consideradas de natureza pessoal, não representando a posição das entidades onde trabalham. Não se excluiu a possibilidade de receção de documentação relevante que traduza a posição de Entidades Coletivas.</p> <p>3. Procedeu-se à criação de um questionário que foi enviado via email a todos os convidados, através do qual foram pedidos contributos (<a href="#">deste formulário</a>).</p> <p>4. Algumas pessoas que não puderam participar no encontro, enviaram contributos por escrito (em anexo).</p> <p>5. Após a reunião foram recebidos novos contributos escritos, nomeadamente em resposta ao pedido para que sintetizassem as suas intervenções na reunião.</p> <p>4 elementos que não estiveram presentes no Encontro enviaram contributos escritos.</p>	<p>29.03.2016</p>	<p>ATLA – “Associação Transfronteiriça Lago Alqueva” - Reguengos de Monsaraz</p>

Alentejo Litoral	Hélder Guerreiro	Telma Guerreiro (TAIPA) e ADL	<p><b>Formato: Debate</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação do FC&amp;T e enquadramento da iniciativa.</li> <li>2. Seleção dos eixos da RCM n.º3/2016 em torno dos quais os presentes se sentiam mais aptos a discutir.</li> <li>3. Debate em torno de 6 dos 8 eixos.</li> </ol>	29.03.2016	Assoc. para Desenv.do Alto Alentejo - Santiago do Cacém
Algarve	Nelson Dias (IN LOCO)		<p><b>Formato: Debate</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação do FC&amp;T e enquadramento da iniciativa.</li> <li>2. Foram colocadas questões abertas que os presentes foram debatendo e discutindo.</li> </ol>	11.03.2015	Câmara Municipal de S. Brás de Alportel

